DINÂMICAS TRANSNACIONAIS, GUERRA HÍBRIDA E GOLPE DE ESTADO: AS BIFURCAÇÕES DO PROCESSO ELEITORAL, PERCEPÇÕES ESTRATÉGICAS DE MILITARES E A DISPUTA HEGEMÔNICA NO BRASIL (2026-2027)

TRANSNATIONAL DYNAMICS, HYBRID WARFARE, AND COUP D'ÉTAT: THE BIFURCATIONS OF THE ELECTORAL PROCESS, STRATEGIC PERCEPTIONS AMONG THE MILITARY, AND THE HEGEMONIC STRUGGLE IN BRAZIL (2026–2027)

Francisco Carlos Teixeira da Silva [1]
Diego Leonardo Santana Silva [2]

RESUMO: Este artigo analisa o processo eleitoral brasileiro de 2026 e seus desdobramentos em 2027, investigando a interseção entre dinâmicas transnacionais de guerra híbrida e a estabilidade institucional do país. Examina-se como a ingerência estrangeira tensionou o pleito presidencial e mapeiam-se os impactos dessas forças globais na soberania nacional e na governabilidade.

PALAVRAS-CHAVE: Guerra Híbrida; Processo Eleitoral; Ingerência Transnacional; Forças Armadas; Soberania Nacional.

ABSTRACT: This article analyzes the 2026 Brazilian electoral process and its developments into 2027, investigating the intersection between transnational hybrid warfare dynamics and the country's institutional stability. It examines how foreign interference strained the presidential election and maps the impacts of these global forces on national sovereignty and governance.

KEYWORDS: Hybrid Warfare; Electoral Process; Transnational Interference; Armed Forces; National Sovereignty.

[1] Doutorado em História Social (UFF/UF). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Orcid: https://orcid.org/0000-0002-3925-7327 E-mail: chicotempo@uol.com.br
[2] Doutor em História Comparada (UFRJ). Universidade Federal de Sergipe. Orcid: https://orcid.org/0000-0001-7813-5448 E-mail: diego@getempo.org

REVISTA CORDIS

10.23925/2176-4174.39.2026e78495

Recebido em: 19/10/2026.
Aprovado em: 20/10/2026.
Publicado em: 20/10/2026.

Introdução

Este ensaio é uma análise dinâmica, conjuntural, sobre aspectos fundamentais da participação das Forças Armadas brasileiras na política nacional, em especial perante o processo eleitoral de 2026, ainda em curso. Assim, corremos o risco — tão comum na História do Tempo Presente — de sermos contrariados pelo próprio processo histórico. Não obstante, a maioria das conclusões aqui apresentadas decorre da realização de *survey* diretamente voltado para oficiais superiores das três forças e pela mobilização de comportamentos estruturais da burocracia armada brasileira e de sua cultura política desenvolvida desde 1964 — cuja presença é ainda notável — e muito especialmente pelo fenômeno do bolsonarismo no Brasil. O *survey* por si só é um elemento de originalidade e de análise de tal cultura, inclusive de suas origens, dos seus vetores internos e externos e de sua forma de reprodução permanente no ecossistema militar. Além disso, a análise mais diretamente dependente do resultado das eleições — e sua aceitação —, uma questão que os eventos de 8 de janeiro de 2023 nos obrigam a elevar como variável presente, resume-se ao final do artigo, podendo ser diretamente ignorada. No entanto, suas opções são um exercício que consideramos relevante de análise das relações civis-militares em qualquer cenário resultante das eleições brasileiras e o movimento de extrema-direita no Brasil. Além disso, recorremos ao reator de modelagem de cenários, com avaliação através da IA Gemini, e que, ainda, utilizada na construção e análise do material da pesquisa.

I. Metodologia do Institucional e Referencial Teórico

Os a dados aqui apresentados foram produzidos através de um "*Survey*" realizado em duas etapas: antes e depois do primeiro turno das eleições de gerais de 2026 no Brasil. Foram distribuídos por wzap 100 questionários destinados a militares de média

à alta patentes – desde Tenente-coronel até General (e Brigadeiro e Almirante). Dos 100 questionários, 64 (sessenta e quatro foram respondidos), enquanto outros 31 (trinta e um) alegaram razões do ofício para não responderam e outros 5 (cinco) não responderam.

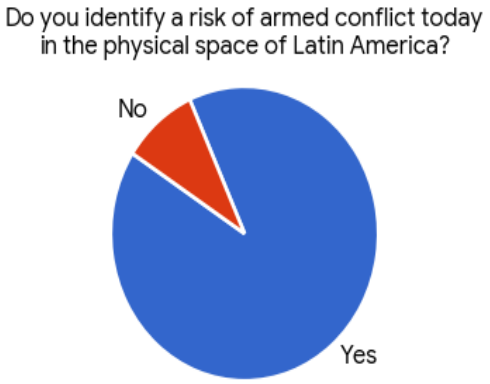
Foi garantido a todos os militares o total sigilo acadêmico das fontes e a manutenção sob guarda em dispositivo único dos questionários respondidos. Sendo os 64 questionários com respostas de oficiais de relevância na gestão e nas doutrinas das Forças Armadas, consideramos, assim, os dados suficientes para uma amostragem que poderá ser continuada, por uma equipe, em dimensões mais representativas.

Para fundamentar empiricamente este estudo sobre as percepções de segurança, soberania e política externa no ecossistema de defesa sul-americano, foi realizado um levantamento quantitativo descritivo (*Survey*) com uma amostra intencional e restrita [¹]. O questionário, composto por 11 quesitos fechados formulados em língua inglesa, capturou o posicionamento estratégico desse corpo técnico da burocracia armada diante da conjuntura geopolítica do segundo semestre de 2026.

A modelagem do sistema político brasileiro sob a ótica das estruturas dissipativas de Ilya Prigogine [¹⁰] [¹¹] identifica o ponto de máxima entropia nesta transição eleitoral. Quando um sistema aberto opera em condições longe do equilíbrio, flutuações microscópicas e ruídos informacionais acumulam-se de forma acelerada, empurrando o regime para uma bifurcação sistêmica crítica associada à ruptura da ordem institucional – ou seja, descartamos “evoluções”, nesta condição, em termos lineares newtonianos. Os microdados resultantes foram cruzados com a análise semântica de notas oficiais das instituições brasileiras, das chancelarias de Brasília e Washington e com o acompanhamento da cobertura da mídia nacional e internacional, estabelecendo um nexo entre os dados numéricos e a “disputa narrativa”, ou seja, entorno do uso da novilíngua da Extrema-Direita contemporânea.

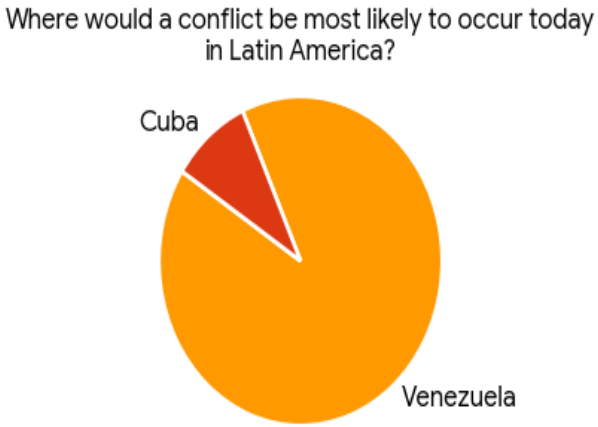
2. Percepção de Risco, Instabilidade Espacial e Vetores de Conflito

O primeiro bloco do levantamento quantificou o nível de alerta estratégico da comunidade de defesa brasileira em relação à probabilidade latente de eclosão de hostilidades abertas no continente sul-americano, obtendo este resultado:



Os dados obtidos no [**Gráfico 1]** revelam um sólido consenso doutrinário dentro da amostra militar: 90,9% dos respondentes identificam um risco real e atual de conflito armado no espaço físico da América Latina. A margem de discordância restringe-se a 9,1%, enquanto a opção de neutralidade ("*I can't say"*) registrou 0,0%. A ausência de abstenções indica que a totalidade dos militares consultados possui diagnósticos consolidados e convictos sobre a deterioração da estabilidade regional, rejeitando leituras de normalidade geopolítica no continente.

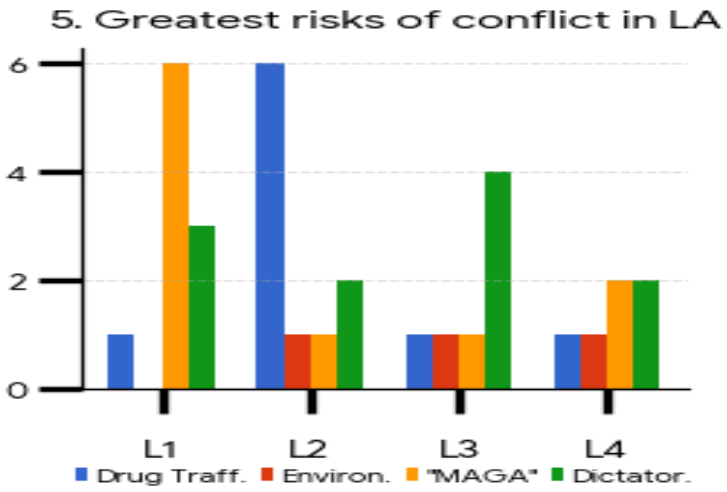
[Gráfico da Questão 2: Localização Mais Provável para a Ocorrência de Conflitos:



O afunilamento geográfico desse risco é documentado no **Gráfico 2,** concentrando as preocupações do oficialato na porção setentrional da América do Sul/ Caribe: 90,9% dos militares apontam a Venezuela como o epicentro territorial mais provável para a deflagração de uma crise armada na contemporaneidade. Uma parcela residual de 9,1% indica Cuba, ao passo que nações tradicionalmente

impactadas por insurgências ou narcotráfico (como Colômbia e México) registraram 0,0%.

A análise cruzada das **Questões 2, 4 e 5** demonstra que o principal motivo de risco está atrelado a fricções estatais, forças ideológicas e à presença de regimes autocráticos, os quais sobrepujam os problemas criminais convencionais. O tráfico transnacional de entorpecentes – classificado pela Administração Trump como "narcoterrorismo" - é posicionado como uma ameaça secundária, enquanto as variáveis ambientais e climáticas figuram no último patamar de prioridade de risco militar, explicitando as preocupações dos militares, no geral, com a Amazônia, e, em especial com a água, as terras raras e a fertilidade do solo. Boa parte de tal convergência advém da substituição dos parâmetros da Guerra Fria, típicos da díade Direita versus Esquerda, nos currículos das escolas de formação de oficiais – como EGN, ECEME e ESG – quando os chamados "Novos Riscos na Nova Ordem Mundial" – alimentos, água, epidemias, crimes transfronteiriços, guerra híbrida - substituíram o parâmetro clássico da Guerra Fria. No entanto, a ascensão do bolsonarismo, de grande eco no meio militar, reacendeu os eixos da Guerra Fria e acabou por chocar-se com a materialidade da crise da Covid-19 e outros fatos de grande impacto popular, atingindo até os quartéis e levando comandos com tropas a desobedecer a orientação do Governo Bolsonaro, explicitando as primeiras "trincas" entre oficiais superiores e o bolsonarismo.



- Onde a **L1 (Line 1):** Significa a **1ª Posição** (O maior risco de todos).
- **L2 (Line 2):** Significa a **2ª Posição** (O segundo maior risco).
- **L3 (Line 3):** Significa a **3ª Posição** (O terceiro maior risco).

- **L4 (Line 4):** Significa a **4ª Posição** (O menor risco entre os listados).

Assim, o efeito de renovação contrariando as velhas doutrinas da Guerra Fria, aponta para o tráfico de drogas – nem sempre aceito como “narcoterrorismo” - e para a própria política de Trump para a América Latina, como os maiores vetores de conflitos no Hemisfério. A renovação doutrinaria foi bastante intensa nos dois iniciais governos Lula e no primeiro governo Dilma, recuando a partir dos governos Temer – onde praticamente as Forças Armadas ficaram autônoma relação a organização e da formulação de Defesa, o que se explica claramente na notável perda de relevância do debate de atualização do chamado “Livro Branco da Defesa”. Assim, a ascensão do bolsonarismo teve seus efeitos diretos sobre o debate de Defesa, o que, até então, era restrito às escolas militares e algumas universidades, em especial a UFRJ, Unicamp, USP, UFRGS e a UFMG. De acordo com o Artigo 9º, § 3º, da Lei Complementar nº 97/1999 (com redação dada pela Lei Complementar nº 136/2010), o Poder Executivo deve encaminhar ao Congresso Nacional, a cada quatro anos, a atualização de três documentos estruturantes de Defesa: a Política Nacional de Defesa (PND), a Estratégia Nacional de Defesa (END) e o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN). A última versão elaborada e formalmente enviada pelo Ministério da Defesa para tramitação legislativa foi o LBDN do ciclo de 2024, encaminhado ao Congresso Nacional em meados de 2024. O deslanchar desse ciclo regularizado buscou reestabelecer os debates técnicos entre a Militares, o Poder Legislativo e as universidades, visando substituir o ciclo anterior de 2020. No entanto, o processo, ao contrário do anterior, enfrentou longos entraves e resistências devido à forte polarização política. O principal fator de desgaste daquele período deu-se quando a cúpula militar enviou ao Congresso Nacional as propostas em julho de 2020 de um texto amplamente criticado por incorporar políticas e, ainda, uma retórica ideológica alinhada à ala radical da oposição conservadora e o chamado “setor duro” das Forças, introduzindo termos de polarização política doméstica e referências a pretensas ameaças ideológicas na América Latina, como o "comunismo" ou o "esquerdismo", espelhando conceitos políticos do então e não de políticas de Estado[3].

[3] TEIXEIRA DA SILVA, Francisco C. e SCHURSTER, Karl. Como Não Fazer Um Golpe de Estado no Brasil. Recife/Rio, Edupe/ Editora da UFRJ, 2023, p. 11 e ss.

Essa quebra da neutralidade epistemológica e do processo de debate com especialistas fez com que o documento perdesse o caráter de uma política de Estado, sendo rebaixado a um manifesto político-partidário datado, o que implodiu o consenso em torno de sua aprovação. Em razão dessa contaminação ideológica, a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI) e as lideranças do Congresso Nacional paralisaram totalmente a tramitação dos documentos daquele ciclo. Em vez de debater e emendar o texto, o Poder Legislativo aplicou um boicote silencioso, deixando a PND, a END e o LBDN engavetados por anos. Como consequência, o país passou a operar um longo período sem diretrizes de Defesa Nacional validadas pelo Parlamento, demonstrando que o Congresso Nacional passara a encarar as formulações militares como disfuncionais para a governança civil, retirando a relevância, prestígio e o peso institucional desses relatórios quando instituídos. Somou-se a isso uma profunda incongruência material, apontada por especialistas em ciências sociais e orçamento público: o Livro Branco projeta cenários de modernização tecnológica de largo espectro, desde o submarino nuclear, caças Gripen, blindados, mísseis, que se chocam com o teto de gastos e as restrições fiscais civis.

Tal procedimento traduz, em verdade, uma política de explicitação do estrangulamento sistemático da capacidade de investimento real das Forças Armadas. Ao desenhar planos ambiciosos sem vinculação ou garantia orçamentária no Congresso Nacional, o documento passou a ser apelidado nos bastidores do Legislativo como uma "*peça de ficção geopolítica"*, cujo descompasso entre a ambição militar e o pragmatismo fiscal dos parlamentares esvaziou sua utilidade prática como guia de planejamento real do Estado brasileiro.

O esvaziamento desses documentos de planejamento oficial e a perda de prestígio das diretrizes institucionais de Defesa correlacionam-se diretamente com a alta taxa de percepção de risco e incerteza na Defesa Nacional – de baixa vinculação com Segurança Pública ou Cidadã - capturada no presente *survey*. Diante de um cenário em que a PND e o LBDN foram historicamente engavetados e convertidos em peças de fricção e ficção política, o corpo técnico militar encontra-se privado de balizas doutrinárias de caráter de Políticas Públicas de Estado validadas pelas instituições republicanas para lidar com o ambiente regional e internacional geopolítico contemporâneo. Esse vácuo institucional e a reconhecida falta de lastro orçamentário

para a dissuasão convencional, estabelecida como matriz seminal da Política de Defesa Nacional, explicam o elevado estado de alerta registrado na pesquisa, na qual a esmagadora maioria dos respondentes recorre ao conceito de Guerra Híbrida para classificar as ameaças vigentes.

A percepção de vulnerabilidade material e a desidratação dos relatórios oficiais de planejamento empurram os especialistas militares a diagnosticar o espaço físico da América Latina como um sistema aberto de alta entropia, suscetível a pressões econômicas, *lawfare* e desestabilização transnacional, sem que o Estado disponha de uma arquitetura de Defesa institucionalmente consolidada para mitigar tais atratores caóticos. De certa forma, o consensualismo em torno do conceito de Guerra Híbrida evoluciona, ou involuciona, em direção a entropia de retorno à fantasmagoria “inimigo interno” do tempo do regime militar, tão elogiado pelo negacionismo bolsonarista.

3. Defesa Nacional e Orçamento Público

Para compreender a inserção da arquitetura de segurança nacional nas finanças públicas, faz-se necessária uma análise comparativa inicial entre as principais despesas discricionárias e sociais da União. O Ministério da Saúde lidera este bloco com uma dotação de R$ 218,5 bilhões (43,1%), seguido pelo Ministério da Educação com R$ 162,2 bilhões (32,0%), e, em terceiro lugar, o Ministério da Defesa com um montante de R$ 126,0 bilhões, o que representa 24,9% dos recursos destinados a esse conjunto de pastas essenciais, explicitando que o Ministério da Defesa é o destino de um significativo montante dos recursos nacionais. O que não é explicitado pelos relatórios militares, e por uma certa murmuração, é a natureza e vetorização dos gastos realizados.

A incongruência de planejamento e do material físico entre os cenários de modernização projetados no Livro Branco da Defesa Nacional (LBDN) e a capacidade real de dissuasão militar do Estado é explicada analiticamente pela extrema rigidez interna dos vetores de seu orçamento. Conforme relatórios de monitoramento do Tribunal de Contas da União (TCU), ao contrário das pastas sociais, a despesa pública com a Defesa é consumida majoritariamente por obrigações com pessoal e encargos sociais, que abocanham 78,3% (R$ 98,7 bilhões) do montante global da pasta,

convertendo-a em uma estrutura predominantemente voltada ao (auto)custeio de sua folha de pagamentos e previdência privada corporativa. Em termos de execução orçamentária do Ministério da Defesa, a folha de pagamento (pessoal ativo, inativos e pensões) consome entre 74% e 78% do orçamento total, historicamente distanciando o país das metas de investimento em tecnologia e modernização de pagamento O que resulta na redução dramática do percentual do orçamento do Ministério da Defesa efetivamente disponível para investimentos em modernização de equipamentos e desenvolvimento tecnológico varia historicamente entre 8,6% e 10,7% do montante total orçamentário. A distribuição exata desse montante, bem como a relação de gastos entre tropas e oficiais superiores, funciona da seguinte forma: (i) Pessoal da Ativa: Representa aproximadamente 33,5% do total gasto com pessoal (cerca de R$ 31,68 bilhões); (ii) Inativos (Reserva Remunerada e Reformados): representa aproximadamente 32,7% do gasto com pessoal (cerca de R$ 31,08 bilhões); (iii) Pensionistas: são cerca de 27,7% a 33,8% (variando conforme o ano fiscal, chegando a R$ 25 bilhões), cobrindo benefícios de viúvas, filhas e herdeiros.

O contingente total de oficiais-generais da ativa nas Forças Armadas brasileiras é rigorosamente limitado por decretos presidenciais e portarias do Ministério da Defesa, totalizando cerca de 360 e 390 vagas ativas. No entanto, devido a regras históricas de transição (anteriores à Medida Provisória de 2001), o número na reserva remunerada e de reformados é exponencialmente superior, gerando o fenômeno conhecido como o "inchaço do generalato" inativo. A ampla disparidade no número de oficiais superiores em relação às tropas é bastante clara numa comparação com os Estados Unidos:

Tabela I: Generais/Almirantes na Ativa e na Reserva (EUA vs. Brasil)

Indicador Estrutural	Estados Unidos US	Brasil BR
Efetivo Total das Forças (Ativa)	~1,3 milhão de militares	~360 mil militares
Oficiais-Generais na Ativa	~800 a 851 [1]	~360 a 396 [1]
Proporção (Militar da Ativa por General)	1 general para cada ~1.600 soldados	1 general para cada ~950 soldados
Oficiais-Generais na Reserva / Inativos	Estrutura enxuta (aposentadoria no posto efetivo)	~9.500 a 11.500 (recebendo proventos de general) [1]

Relação General Ativo / General Inativo	Próxima a 1 para 1 nas listas pagas pelo Pentágono	1 ativo para cada ~25 a 30 inativos [1]

Fonte: Teixeira Da Silva, Francisco C., 2026.

Abaixo está o mapeamento dos dados oficiais mais recentes e consolidados de pessoal por força militar no Brasil:

Oficiais-Generais no Brasil: Ativa vs. Reserva

Força Militar	Posto Máximo / Patente	Efetivo na Ativa (Cargos Regulamentados)	Efetivo Estimado na Reserva / Inativos
Exército Brasileiro	**Generais** *(de Exército, Divisão e Brigada)*	**161 a 182**	**~5.000 a 5.290**
Marinha do Brasil	**Almirantes** *(de Esquadra, Vice e Contra)*	**96 a 113**	**~2.800 a 3.100**
Força Aérea Brasileira	**Brigadeiros** *(Tenente, Major e Brigadeiro)*	**86 a 101**	**~1.900 a 3.300** *(inclui inativos totais)*
TOTAL CONSOLIDADO	**Oficiais-Generais**	**~360 a 396**	**~9.500 a 11.500**

Fonte: Teixeira Da Silva, Francisco C., 2026. Notas explicativas sobre a distorção dos dados:

1. Flutuação na Ativa: A quantidade exata na ativa oscila mês a mês devido a promoções e passagens automáticas para a reserva. Por exemplo, em termos de vagas puras estipuladas por decreto, o Exército possui cerca de 161 cargos exclusivos, mas o número real de generais na ativa costuma operar com margens que chegam a 182 generais devido à transição de comandos.
2. A Assimetria da Reserva: O número de generais, almirantes e brigadeiros inativos é vastamente superior porque, até 2001, oficiais superiores (como Coronéis e Capitães de Mar e Guerra) ganhavam por lei o direito de se

aposentar recebendo o soldo e o título do posto imediatamente superior (General de Brigada / Contra-almirante / Brigadeiro), inflando artificialmente as folhas de inatividade das forças

A comparação entre a pirâmide previdenciária e administrativa das Forças Armadas e a dos Professores Titulares das Universidades Federais evidencia duas lógicas burocráticas radicalmente distintas no Estado brasileiro. Enquanto os militares mantêm um fluxo corporativo de ascensão automática e distorções na inatividade que inflam o topo, o funcionalismo civil da educação superior responde a regras rígidas de teto orçamentário e transições previdenciárias de mercado. Podemos ver, abaixo, o quadro comparativo estrutural entre o ecossistema militar e o agrupamento de professores/pesquisadores:

Tabela II: Comparação de Contingente: Cúpula Militar vs. Topo da Docência Federal:

Indicador Estrutural	**Ecossistema dos Oficiais-Generais**	**Ecossistema dos Professores Titulares Federais**
Efetivo Médio na Ativa	**~360 a 396 oficiais-generais**	**~8.000 a 11.000 professores titulares** *(estimado no topo da carreira)*
Inativos / Aposentados	**~9.500 a 11.500 inativos** *(com soldo/renda de general)*	**~4.500 a 6.000 aposentados na classe de Titular**
Relação Ativo / Inativo	**1 general ativo para cada ~25 a 30 inativos**	**1 professor titular ativo para cada ~0,5 inativo**
Gasto com a Folha de Inativos	Consome até **48% de todo o orçamento da Defesa**	Representa cerca de **31% da folha das universidades**

Fonte: Teixeira Da Silva, Francisco C., 2026. *Nota sobre a distorção militar:* O número de generais inativos é desproporcional porque a legislação antiga (anterior à MP 2.215/2001) permitia que coronéis fossem para a reserva promovidos automaticamente ao posto superior com o respectivo soldo. Na academia, um

Professor Associado não se aposenta como Titular se não cumprir os requisitos e exames do cargo na ativa

Para além das justificativas retóricas de cada corporação, a análise empírica dos dados em 1º de janeiro de 2026 demonstra que o desenho do Estado brasileiro produziu duas realidades burocráticas e previdenciárias inconciliáveis. O cruzamento analítico entre a cúpula das Forças Armadas e o topo da carreira docente das Universidades Federais expõe o tamanho do abismo orçamentário. Sob o marco temporal de 1º de janeiro de 2026, o cruzamento analítico entre a cúpula das Forças Armadas e o topo da carreira docente das Universidades Federais expõe o tamanho do abismo estrutural e organizacional que engessa a capacidade operacional do Estado brasileiro.

No plano demográfico das corporações, as Forças Armadas mantêm um contingente de oficiais-generais na ativa (Generais, Almirantes e Brigadeiros) rigidamente limitado por decretos entre 360 e 396 cargos. No entanto, o ecossistema da reserva remunerada e de reformados dessas mesmas patentes encontra-se severamente inflado, oscilando entre 9.500 e 11.500 inativos. Essa distorção decorre de legislações históricas pretéritas que permitiam a transferência para a reserva com a percepção do soldo do posto imediatamente superior. Como resultado, os militares operam em uma lógica piramidal invertida, sustentando uma relação de 1 oficial-general na ativa para cada 25 a 30 inativos. No universo acadêmico federal, a dinâmica é inversa: para um contingente de 8.000 a 11.000 Professores Titulares (Classe E) na ativa, existem apenas cerca de 4.500 a 6.000 aposentados nessa classe, configurando uma relação sustentável de 1 titular ativo para cada 0,5 inativo.

O quadro abaixo sintetiza os dois agrupamentos, revelando como a estrutura de privilégios e a inversão demográfica militar operam na contramão das reformas fiscais aplicadas ao funcionalismo civil:

Tabela III: Cúpula Militar vs. Topo da Docência Federal: Estrutura e Remuneração Média na Inatividade (2026)

Indicador Estrutural	Ecossistema dos Oficiais-Generais (Marinha, Exército e Aeronáutica)	Ecossistema dos Professores Titulares Federais (Universidades Federais)
Efetivo Médio na Ativa	~360 a 396 oficiais-generais	~8.000 a 11.000 professores titulares
Inativos / Aposentados	~9.500 a 11.500 inativos (com soldo de general)	~4.500 a 6.000 aposentados na classe de Titular
Relação Ativo / Inativo	1 general ativo para cada ~25 a 30 inativos	1 professor titular ativo para cada ~0,5 inativo
Rendimento Bruto Médio Estimado na Inatividade (2026)	R$ 22.000,00 a R$ 36.000,00+ (O soldo base vai de R$ 13.639 a R$ 14.711, mas a remuneração real é inflada por adicionais de disponibilidade de até 32%, habilitação militar e gratificações incorporadas)	R$ 9.642,96 a R$ 26.326,81 (O valor máximo sela o teto de Dedicação Exclusiva com Doutorado. Ingressantes pós-2013 recebem o teto do INSS pela União [~R$ 7.786] + fundos privados complementares [Funpresp])
Gasto com a Folha de Inativos	Consome até 48% de todo o orçamento da Defesa	Representa cerca de 31% da folha das universidades

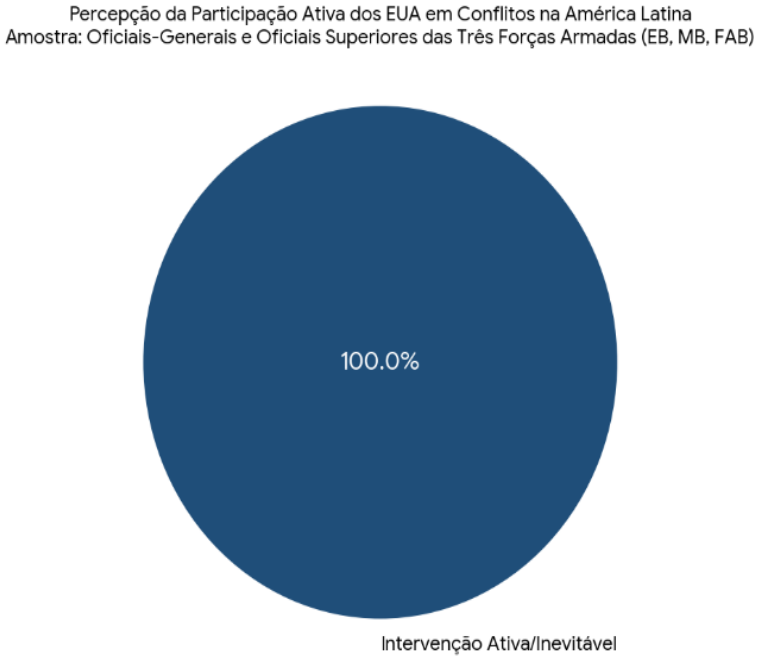
Fonte: Teixeira Da Silva, Francisco C., 2026.

No plano financeiro e previdenciário – ano-base 2026 -, o fosso institucional se consolida. O rendimento bruto médio de um oficial-general na inatividade flutua entre R$ 22.000,00 e mais de R$ 36.000,00 — valores inflados por adicionais de disponibilidade militar de até 32%, habilitação e gratificações incorporadas —, enquanto o rendimento de um Professor Titular aposentado varia de R$ 9.642,96 a R$ 26.326,81 (valor restrito ao regime de Dedicação Exclusiva com Doutorado).

Estamos, claramente, em face de duas visões distintas de Estado: esse teto assimétrico evidencia como a burocracia armada preservou uma estrutura previdenciária de privilégio corporativo (integralidade e paridade plenas na União), enquanto a burocracia civil da educação superior foi gradativamente enquadrada nas reformas fiscais de mercado (teto do INSS e Funpresp).

4. Atores Estrangeiros, Internacionalização e o Modelo de Guerra Híbrida

O desenho estratégico de uma eventual crise militar na América Latina, à luz dos conflitos hoje em curso, aponta para uma dinâmica de internacionalização compulsória, descartando, em definitivo, a hipótese de isolamento de conflitos locais ou chamados de “baixa intensidade”. Consideramos – conforme longa entrevista com o General Eduardo Villas Bôas, em 09/01/2017, então Comandante do Exército – no próprio comando da Força. Havia, então, o consenso que o Brasil havia realizado, pelo porte de sua economia e capacidade industrial, uma “dissuasão por volume” e que uma possível ameaça militar só poderia ser externa ao continente (América do Sul), nos moldes do conflito nas Malvinas, em 1982, ou a Invasão da Líbia, em 2011. Ao que parece, após a enfermidade do general, tal pensamento não foi, em suas devidas proporções, incorporado ao doutrinário de Defesa, voltando-se, ainda, uma vez a se repetir objetivos típicos da época da Guerra Fria. No modelo anterior, que se começava a gerar nas escolas e nos ambientes comuns universitários, começa a tomar forma o que poderíamos chamar de a “Doutrina do Escorpião”: um escorpião não mata um elefante, mas provoca uma tremenda dor. Assim, mesmo antes da assimetria do conflito Estados Unidos-Israel contra o Irã, tínhamos desenvolvido os primeiros passos de um pensamento estratégico autônomo e capaz de orientar a indústria de dupla finalidade brasileira. Tratava-se claramente de definir o que seria o “ferrão” do escorpião, ou seja, o equalizador de poder. Estre deveria, claramente, estar econômica, financeira e tecnologicamente em um ciclo completamente nacional, sem dependências externas.



De acordo com o panorama empírico mapeado, há um consenso absoluto que abarca 100% dos oficiais de alta patente entrevistados — integrantes do generalato e do oficialato superior das três Forças Armadas — no que tange à premissa de que os Estados Unidos participariam ativamente de qualquer conflito armado deflagrado na região. Essa percepção institucional uniforme retroalimenta a assimetria estrutural de poder e a dependência logística crônica observada nas formulações da esfera de segurança doméstica. Exemplo contundente dessa vulnerabilidade material manifestou-se no pronunciamento do Ministro da Defesa do Brasil, José Múcio Monteiro, perante a Confederação Nacional da Indústria CNI. Na ocasião, o chefe da pasta argumentou, em tom satírico, mas não sem realismo, que o Estado brasileiro carece de meios de dissuasão convencional mínimos, a ponto de *"ter de abrir o portão"* em caso de uma incursão militar norte-americana, expondo a fraqueza estratégica e de meios, bem como a fragilidade material da soberania estatal perante a projeção de poder de uma potência adversária. Isso ainda sob o choque da incursão norte-americana para o sequestro do presidente da Venezuela e esposa, pelos Estados Unidos.

Essa observação ganha contornos de urgência doutrinária quando contrastada com o teatro de operações global contemporâneo — especificamente a Guerra Estados Unidos-Israel contra o Irã. Esse conflito ruiu com as análises tradicionais

baseadas na premissa de uma superioridade material, humana e técnica dita irrevogável em ambientes de guerra moderna. O teatro de operações iraniano demonstrou a eficácia fulcral dos chamados “equalizadores de poder”: vetores aéreos não tripulados (drones) e sistemas de mísseis balísticos e de cruzeiro de baixo custo relativo frente à panóplia dos dois inimigos, capazes de paralisar infraestruturas críticas e desafiar a supremacia de forças navais e aéreas convencionais hipertrofiadas. Em vários momentos os “equalizadores de poder” iranianos tornaram inoperantes as bases norte-americanas em toda a região, obrigaram ao afastamento tático-defensivo de cinco poderosas plataformas aéreo navais deslocadas para a região, além de ter desacreditado o chamado “Domo de Ferro” israelense[4].

Contudo, a projeção dessa participação estadunidense na América Latina não se desenha de forma unívoca ou homogênea. A suposta facilidade operacional tática planejada em teatros como o venezuelano não encontra equivalência doutrinária quando transposta pelo pelos entrevistados para realidades consolidadas como a cubana e sua capacidade de resistência. Assim, o *modus operandi* mais provável de uma intervenção contemporânea no continente delineia-se pela convergência entre a pressão externa multidimensional e a mobilização de "agentes" endógenos voltados à desestabilização interna do regime antagonista – o que se afigura no caso da

[4] A escalada das tensões na região envolveu uma massiva mobilização da frota de superporta-aviões da Marinha dos Estados Unidos (*U.S. Navy*). O USS Abraham Lincoln (CVN-72) teve uma das atuações mais intensas no teatro de operações, operando em missão contínua sob a *Operação Epic Fury*, na qual suas aeronaves realizaram milhares de surtidas para interceptar drones, mísseis de cruzeiro e neutralizar embarcações hostis. Devido ao prolongado desgaste operacional de sua tripulação, o USS George Washington (CVN-73) foi deslocado para o Mar da Arábia com o objetivo de rendê-lo. Para sustentar o bloqueio marítimo e garantir a prontidão de bombardeios táticos, o USS George H.W. Bush (CVN-77) operou de forma coordenada com o *USS George Washington*, estabelecendo uma presença dupla de grupos de ataque na região. Adicionalmente, o USS Gerald R. Ford (CVN-78) foi posicionado estrategicamente no Mar Vermelho para prover dissuasão e defesa aérea contra investidas de grupos apoiados por Teerã, enquanto o USS Theodore Roosevelt (CVN-71) foi enviado no início de outubro como um terceiro grupo de ataque para robustecer a pressão diplomática e militar de Washington. Fontes das Informações: Dados operacionais e de desdobramento tático baseados nos relatórios oficiais de monitoramento naval do U.S. Naval Institute (USNI News), Army Recognition Defense Magazine e coberturas internacionais de prontidão militar do Pentágono no Oriente Médio (2026). Sobre o desdobramento tático e a projeção aeronaval dos Estados Unidos no Oriente Médio, ver: LA GRONE, Sam. "Abraham Lincoln Carrier Strike Group Returns to San Diego After Nearly 11 Months". *USNI News*, 08 out. 2026. Disponível em: usni.org. Acesso em: 18 out. 2026. Ver também: "U.S. Navy Deploys Two Carrier Strike Groups Near Iran to Expand Air Power Across the Arabian Sea". *Army Recognition Defense Magazine*, Mar da Arábia, 17 out. 2026. Disponível em: armyrecognition.com. Acesso em: 18 out. 2026. Para o histórico da mobilização no Mar Vermelho e movimentações logísticas adicionais da frota, consultar: "U.S. Deploys 3 Aircraft Carrier Strike Groups In Middle East For First Time Since 2003". *Marine Insight*, 11 abr. 2026. Disponível em: marineinsight.com; e "U.S. Navy Aircraft Carrier USS Theodore Roosevelt Arrives in Japan Ahead of Possible Middle East Deployment". *Army Recognition*, Yokosuka, 14 out. 2026. Disponível em: armyrecognition.com. Acesso em: 18 out. 2026.

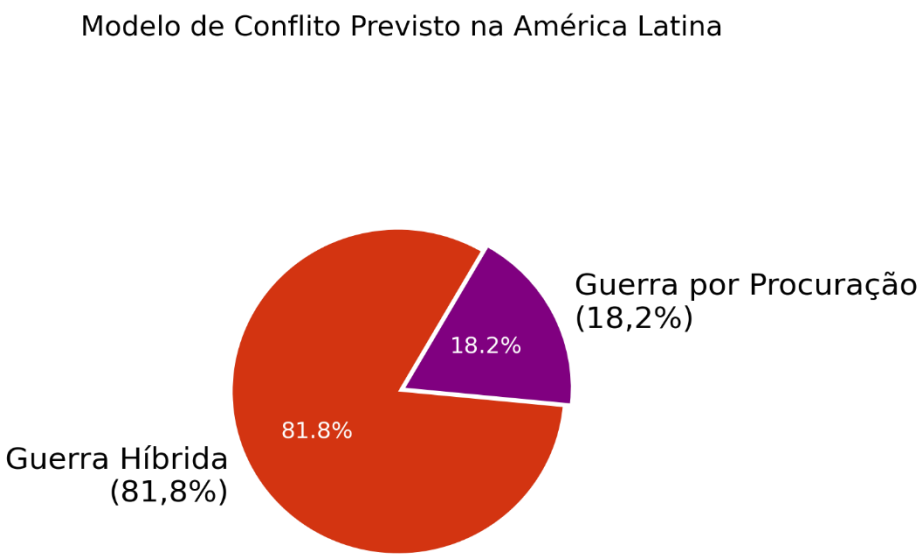
Venezuela[5]. Trata-se do transbordo da estratégia aplicada contra o Irã, caracterizada pelo financiamento sistemático de redes de protesto e insurgência massiva — que, embora configure o vetor preferencial da potência hemisférica, sublinha também os limites dessa abordagem ao não alcançar, necessariamente, o colapso do regime-alvo. Assim, constituem-se em situações polares a agressão ao Irã e a Venezuela, com marcas de ineficácia e perda de prestígio e de sucesso. Não há nenhuma razão para considerar que os "*policemakers*" de Washington não tirem lições e repliquem o "Método Venezuelano" em outros países. ‘

Essa tipologia de conflito antecipada pela cúpula militar das Três Forças afasta a probabilidade de uma guerra convencional clássica - *guerre de masse* - entre exércitos/infantarias regulares combatendo em frentes territoriais lineares. Mesmo na Guerra da Ucrânia, um típico conflito continental, a associação drones+blindados e as manobras de envelopamento – a formação de "bolsões" e sua seguinte aniquilação – com forte troca de tiros de balística – substituiu frentes terrestres amplas.

Tudo isso contraria as expectativas orçamentárias e doutrinárias tradicionais do Exército brasileiro, ao passo que exige uma reconfiguração do ferramental estratégica da Marinha, da Aviação e da Balística Naval e da Força Aérea. Esta última, todavia, padece de um severo descompasso tecnológico: sua fixação institucional em caças de superioridade aérea e alto desempenho, e custo proibitivo no volume necessário, choca-se frontalmente com a performance e a eficiência de enxames de drones multidomínio, a chamada de "tática de enxameamento" ou pelo termo original em inglês, "***swarming"***. Estes novos vetores apresentam custos de produção e

[5] A operação militar na Venezuela contou com um componente essencial de facilitação interna e neutralização de sistemas. A Operação Resolução Absoluta, executada pelas forças especiais norte-americanas (Força Delta) em 3 de janeiro de 2026 para capturar Nicolás Maduro e sua esposa Cília Flores, combinou uma massiva incursão militar externa com uma profunda infiltração de inteligência na estrutura governamental venezuelana. Relatórios de inteligência revelaram que uma equipe da CIA estava infiltrada no círculo mais íntimo do Palácio de Miraflores. Essa rede de informantes locais forneceu não apenas o monitoramento em tempo real do paradeiro do mandatário (rotinas, vestuário e até hábitos alimentares), mas também dados táticos essenciais que facilitaram o fator surpresa. O próprio Secretário de Defesa, Pete Hegseth, confirmou que Maduro só percebeu a aproximação das forças americanas três minutos antes da invasão do complexo. Sobre o desdobramento tático, o apagão cibernético e a desativação dos sistemas de alerta precoce que culminaram na captura de Nicolás Maduro e Cília Flores pela Força Delta, consultar a cobertura especializada em: "Os mistérios que ainda persistem em torno da operação de inteligência que prendeu Maduro". *G1 Mundo*, 10 jan. 2026. Disponível em: globo.com. Acesso em: 18 out. 2026. Para uma análise detalhada sobre o blecaute eletrônico conduzido pelo Comando Cibernético e pelo Comando Espacial dos EUA na infraestrutura de Caracas, ver: "Como os EUA cortaram as luzes e deixaram a capital da Venezuela no escuro com técnica militar". *R7 Internacional*, 10 jan. 2026. Disponível em: r7.com. Acesso em: 18 out. 2026.

operação exponencialmente menores, maior capacidade de saturação e impacto destrutivo, além de eliminarem o risco de perdas humanas de pilotos qualificados.



No processo que poderíamos denominar de “Dialética da Assimetria” – e aqui não estamos operando com a chamada Guerra Híbrida, conceito que originalmente não implica em embate de forças militares direto, podemos cruzar os custos/eficiência da guerra moderna. A comparação econômica e tática entre, por exemplo, o *Lockheed Martin F-35 Lightning II*, principal caça de alta performance de quinta geração dos Estados Unidos, e o *HESA Shahed-136,* o vetor kamikaze de maior sucesso do Irã, sintetiza de forma fidedigna a transição da guerra contemporânea para o paradigma da assimetria, que denominamos de “Dialética da Assimetria”, de custos e saturação. Sob o ponto de observação fiscal e operacional - ano-base 2026 - a diferença de valores de aquisição e manutenção entre as duas plataformas atinge ordens de disparidades abissais expondo as vulnerabilidades das doutrinas militares baseadas puramente em plataformas de altíssimo valor agregado. Por um lado, o caça furtivo norte-americano F-35A registra um custo médio de fabricação (*flyaway cost*) que saltou para a casa dos US$ 92 milhões por unidade nas contratações de 2026. Quando se contabilizam os custos de ciclo de vida — envolvendo combustível, manutenção especializada de sua complexa camada de absorção de radar, treinamento de pilotos de elite e logística de suporte de longo prazo, o valor por hora

de voo e a infraestrutura associada ultrapassam com facilidade a barreira das centenas de milhões de dólares por vetor. Por outro lado, o drone kamikaze de concepção iraniana Shahed-136 opera na lógica oposta da obsolescência programada e do baixo custo: seu valor de produção doméstica flutua em uma faixa estimada entre US$ 20.000 e US$ 50.000 por unidade. Longe do refinamento metal-cibernético das superpotências, o engenho é construído de forma modular a partir de insumos de dupla utilização civil — como mantas de fibra de vidro comuns, blocos de espuma moldada, chips comerciais de navegação por satélite de prateleira aberta e motores a pistão de dois tempos derivados diretamente de aeromodelos ou cortadores de grama civis.

Essa disparidade engendra uma proporção matemática avassaladora: pelo custo estrito de aquisição de um único caça F-35A, torna-se viável fabricar e mobilizar uma frota massiva de 2.600 a 4.600 drones Shahed-136 – de alcance de 1000 até 2.500 quilômetros. Ao transpor essa métrica para as dinâmicas de um conflito de atrito, regional, ou repelir uma operação anfíbia de desembarque, o vetor de enxameamento iraniano inverte a eficiência econômica dos sistemas defensivos tradicionais, tendo sido, ao menos até o momento, um dos fatores de sucesso da resistência iraniana e de desprestigio dos Estados Unidos.

Para anular um ataque massivo de drones de US$ 35 mil, os sistemas antiaéreos ocidentais são compelidos a empregar mísseis interceptadores cujos custos unitários escalam para uma janela entre US$ 1,3 milhão e US$ 4 milhões por disparo. Configura-se, portanto, um reator de exaustão econômica no qual as potências militares tendem ao empobrecimento logístico a cada interceptação taticamente bem-sucedida, evidenciando que a paralisia e o engessamento orçamentário — seja por folhas de pagamento inativas hipertrofiadas, seja pela dependência exclusiva de tecnologias bilionárias de baixa escala — convertem-se no principal calcanhar de Aquiles das burocracias armadas do século XXI.

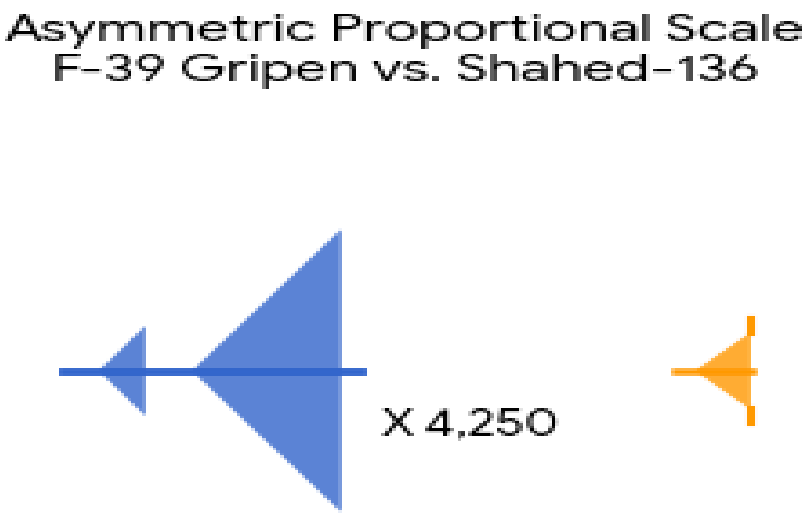
Tabela IV: Comparação de Custos: Caça Gripen vs. Drone Shahed-136

Vetor de Combate	Custo em Dólares (US$)	Custo em Reais (R$)	Equivalência de Escala
Caça F-39 Gripen *(Embraer/Saab)*	**US$ 85 milhões**	**R$ 467,5 milhões**	1 Caça Gripen custa o mesmo que **4.250 drones** Shahed-136
Drone Shahed-136 *(Irã/Houthis)*	**US$ 20 mil**	**R$ 110 mil**	1 único drone custa uma fração mínima de um míssil de defesa

Teixeira Da Silva, Francisco C., 2026.

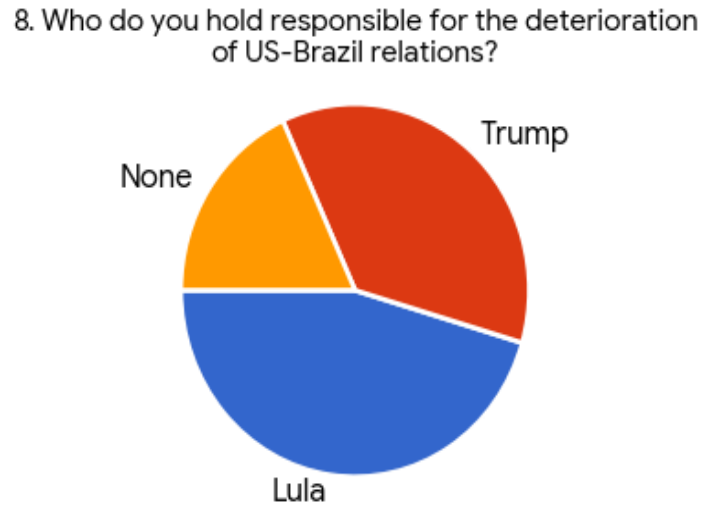
Essa perspectiva doutrinarias sintoniza-se com uma situação crítica das relações bilaterais Brasil-Estados Unidos com as denúncias de veículos da mídia e de redes de análises geopolíticas [³].

Essas perspectivas doutrinárias sintonizam-se com uma situação crítica das relações bilaterais Brasil-Estados Unidos, impulsionada pelas denúncias de veículos da mídia e de redes de análises geopolíticas [³]. Tais correntes associam o endurecimento de Washington — materializado na aplicação de sanções, no 'tarifaço' e no uso de decretos de 'emergência nacional' contra o Brasil — à execução prática de uma guerra híbrida contemporânea destinada a constranger o desenvolvimento e a autonomia externa brasileira. Assim, nos vemos diante de um dilema estratégico fundamental: de um lado, a chamada 'Dialética da Assimetria', marcada pela imperiosidade de uma mudança de mentalidade em relação aos investimentos e à produção interna de equalizadores de poder; de outro lado, a fixação no enfrentamento da chamada 'Guerra Híbrida', hoje relida à luz de dogmas da época da Guerra Fria. A 'terceira' possibilidade — de uma permanente Guerra Híbrida marcada pela intervenção estrangeira sob acobertamento, e não pela fixação na ação de um pretenso inimigo interno a ser eliminado —, somada à possibilidade, em face da atual desordem mundial, de uma brusca e incontornável torção em direção a uma 'Guerra Assimétrica' e seus desdobramentos, não possui, ainda, uma “manualização."



Legenda: a assimetria de saturação por enxames (o conceito de que um enxame massivo substitui uma plataforma única caríssima na Guerra Híbrida), o sinal de multiplicação \(X\ 4.250\) posicionado entre o caça maior e o drone menor é a representação padrão em diagramas de escala e economia de defesa, pois explicita o volume multiplicador do ataque.

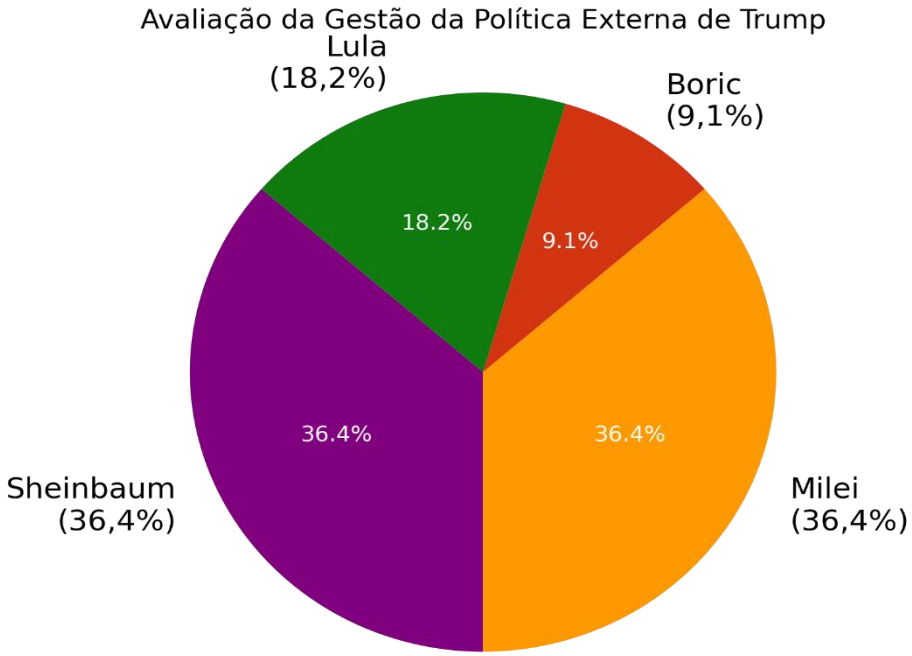
Talvez o impasse na incorporação dos modelos de Guerra Hibrida e de Guerra Assimétrica sejam parte das razões do impasse doutrinário. A avaliação das causas do tensionamento diplomático entre Brasília e Washington divide as opiniões dos respondentes, explicitando a polarização política no interior do corpo consultado. Mas também uma forte incongruência, posto que a política de Trump e o movimento "MAGA" são apontados como risco, mas no momento de operacionalizar os atores do risco a polarização ideológica se faz fortemente presente. **[Gráfico 8:** Distribuição de Culpabilidade Bilateral]:



- Legenda: **45,5%** responsabilizam o presidente do Brasil, **Lula** (fatia azul) [17].
- **36,4%** responsabilizam o presidente dos EUA, **Donald Trump** (fatia vermelha) [17].
- **18,2%** consideram que a responsabilidade não cabe a **nenhum deles** (fatia laranja) [17].
- **0,0%** optaram pela alternativa **"I can't say"** (não sei dizer, indicada na legenda em verde, mas sem representação gráfica devido à ausência de votos) [17].

O **Gráfico 8,** acima**,** demonstra que 45,5% dos militares entrevistados culpam o presidente Luiz Inácio Lula da Silva pela deterioração das relações bilaterais com os EUA – o que os colocam claramente no campo político-semântico da família Bolsonaro e do próprio Departamento de Estado dos Estados Unidos. A isso se soma o alto percentual de “ninguém” dando a política externa um aspecto espectral, que, inclusive, não emerge nas análises muito mais técnicas anteriores, mas simplesmente das convicções ideológicas dos oficiais, criando um fator alheio ao curso das análises anteriores.

Essa percepção de falha na condução externa é corroborada pelo **Gráfico 7**, abaixo, no qual apenas 18,2% dos respondentes avaliam que a atual gestão gerencia de forma eficiente a política externa frente à Casa Branca, posicionando o mandatário brasileiro abaixo dos índices de aprovação técnica atribuídos a Javier Milei (Argentina) e Claudia Sheinbaum (México), que registraram 36,4% de aprovação cada.



Desconfiamos que a “derrapagem” entre o conjunto os gráficos decorrentes do questionário submetido aos militares não reflitam, de fato o conhecimento da política latino-americana. Não é crível que se possa reconhecer o Presidente Trump como um fator de turbulência e de crise na América Latina e que se aponte o Presidente Javier Milei como modelo de relacionamento bilateral. Mesmo que o viés antilulista tenha tido um papel de monta na análise dos entrevistados, caberia logicamente apontar bem mais para Claudia Sheinbaum, presidenta do México, como modelo de “oposição com negociações” em relação a Trump, e não Milei. O corte lógico – Milei é um adepto de Trump, um hiper liberal conhecido erradamente como “libertário” – perde o sentido de análise do ponto de vista de uma burocracia com a função precípua da Defesa da Soberania Nacional, frente à sujeição de Milei aos interesses de Trump, Netaniahu e Elon Musk, com um perfil que coloca em questão sua própria sanidade mental. Mesmo no caso de Lula, com forte desaprovação ao seu terceiro mandato, o nível de aprovação popular de sua política externa e, em especial, das relações com Washington, são bem, superiores ao índice apresentado pelos militares com uma

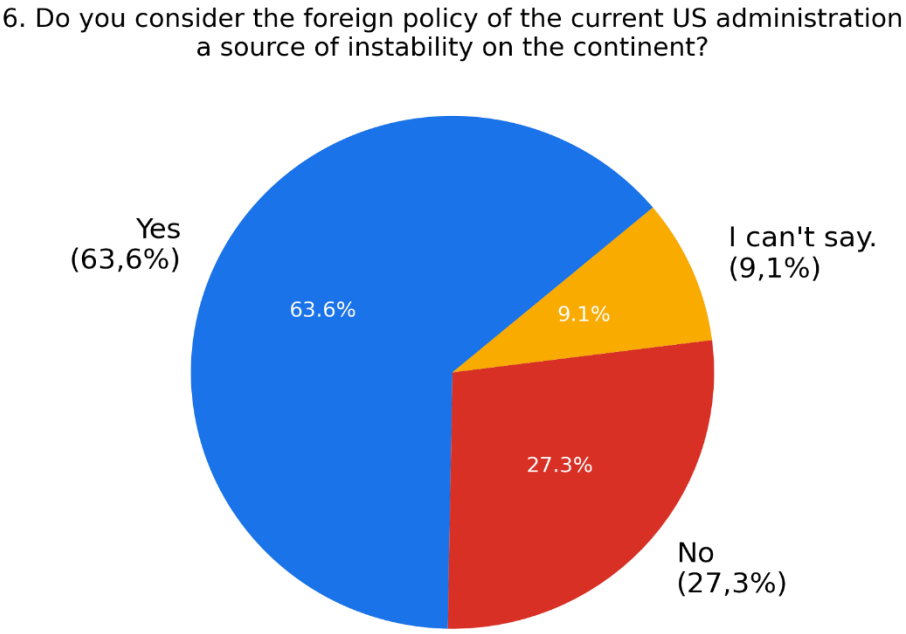
razão de 47-50% (população) contra 18.5% (militares). Portanto, nessa razão, o volume de apoio popular é entre **2,54 e 2,70.**

Os dados consolidados no **Gráfico 8** revelam uma assimetria analítica estrutural no universo amostral de 64 oficiais de alta patente entrevistados: exatos 45,5% (29 oficiais) atribuem ao presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, a responsabilidade primária pela deflagração da crise, enquanto 36,4% (23 oficiais) responsabilizam Donald Trump. O cruzamento analítico entre o **Gráfico 8 (Origem)** e o **Gráfico 7 (Gestão)** expõe uma quebra de linearidade lógica doutrinária: embora os oficiais avaliem majoritariamente que a resposta institucional e a capacidade de gestão do governo brasileiro ocupam papel secundário no xadrez regional (apenas 18,2%), ele inverte o nexo causal ao alçar o mandatário brasileiro como o principal vetor de instabilidade geopolítica local, superando o chefe do Executivo norte-americano por uma margem líquida de 9,1 pontos percentuais (uma diferença de 6 oficiais)**.** Esse contraste empírico entre os gráficos possui alto rigor analítico, pois expõe de forma inequívoca o que a literatura de ciência política qualifica como **“**assimetria cognitiva” ou “viés subjetivo de percepção ideológica”**,** construto que atua como substrato psicossocial fundamental para os fenômenos de desestabilização interna e subversão institucional no modelo de Guerra Híbrida. Ou seja, enquanto 36,4% (23 oficiais) atribuem a responsabilidade do desgaste nas relações bilaterais ao presidente Donald Trump e à sua postura protecionista unilateral, no entanto notamos uma falha em contextualizar esse comportamento no cenário macro estratégico regional e global. Evidentemente, as crises agudas nas relações dos Estados Unidos com o Canadá e com a União Europeia — exemplificadas, em termos de fricção geopolítica extemporânea, pelas tensões em torno da soberania da Groenlândia e da imposição de barreiras tarifárias ao Canada — não são variáveis computadas pelo oficialato. Essa omissão metodológica e fatual evidencia a percepção da relação Washington-Brasília por uma lente exclusivamente paroquial e insular ou mesmo ideológica. Ao desconhecerem os impactos mundiais e sistêmicos da doutrina *America Fisrt* (MAGA) sobre o sistema interestatal, os tomadores de decisão locais descolam a pressão sobre o Brasil de uma estratégia global de realinhamento de cadeias produtivas e projeção de poder norte-americana, reduzindo

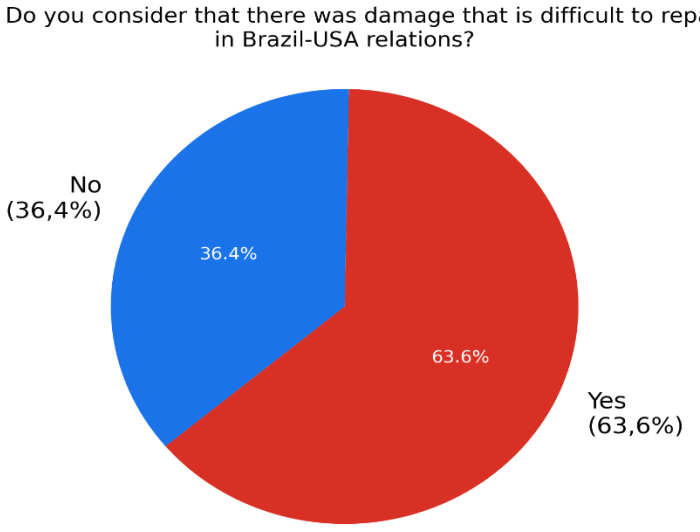
uma dinâmica estrutural e global a uma mera fricção político-partidária de caráter doméstico.

Ademais, impõe-se a introdução de uma variável sociológica fulcral para a decodificação desse fenômeno: o histórico de formação e o trânsito acadêmico-institucional desse oficialato. A realização sistemática de cursos de Aperfeiçoamento, Altos Estudos Militares e especializações doutrinárias em centros de excelência nos Estados Unidos — como o *Western Hemisphere Institute for Security Cooperation* (WHINSEC, antiga Escola das Américas) e o *Inter-American Defense College* (IADC) — atuou como vetor de consolidação de uma narrativa mítica e idealizada da potência hemisférica como a 'Grande Nação' e fiadora inconteste da ordem ocidental. Esse alinhamento de formação/especialização transnacional gera um efeito de captura no âmbito da cultura política, na sua dimensão militar, que distorce a análise geopolítica fria e o cálculo estratégico realista a partir de um ponto de observação brasileiro. Ao internalizarem a cartilha de segurança nacional do Departamento de Defesa norte-americano, os tomadores de decisão locais passam a operar sob um filtro axiológico que inviabiliza a percepção dos EUA como um vetor de agressão ou desestabilização regional/global, preenchendo o vácuo analítico com a projeção de ameaças idealizadas para uma ressignificação da Guerra Fria, incluindo as relações com o chamado Sul Global – traço marcante do bolsonarismo militar.

A influência da superpotência nas relações internacionais e hemisféricas é constatada, no setor militar; como forte e resiliente. Embora, haja um viés crítico, bem recente, onde se exerce uma crítica pelas taxações e imposições econômicas - 63,6% dos militares classificam a política externa da atual administração dos EUA como uma fonte direta de instabilidade no continente (**Gráfico 6**). O mesmo percentual de 63,6% aponta que as relações bilaterais Brasília-Washington sofreram danos profundos e de difícil reparação:



Vemos claramente que uma maioria atribui ao Governo Trump a instabilidade e crise nas relações internacionais e hemisféricas – seria de supor, caso o viés ideológico fosse dominante, que Cuba ou Venezuela, ou mesmo Nicarágua, ocupassem esse espaço, mas claramente aponta-se para os Estados Unidos.



A triangulação analítica entre os **Gráficos 6, 11 e 8** revela o ponto central da dissonância que fundamenta o artigo: o contraste entre o diagnóstico da realidade macroestratégia e a atribuição de culpa política individualizada. O cruzamento desses três vetores empíricos desvela como o viés ideológico atua, subvertendo o nexo de

causalidade geopolítica. A tabela comparativa abaixo sintetiza as variáveis e evidencia a quebra de linearidade lógica nas respostas obtidas:

Tabela V: Matriz de Análise: Risco e Percepção de Risco nas Relações Brasil-EUA (\(N=64\))

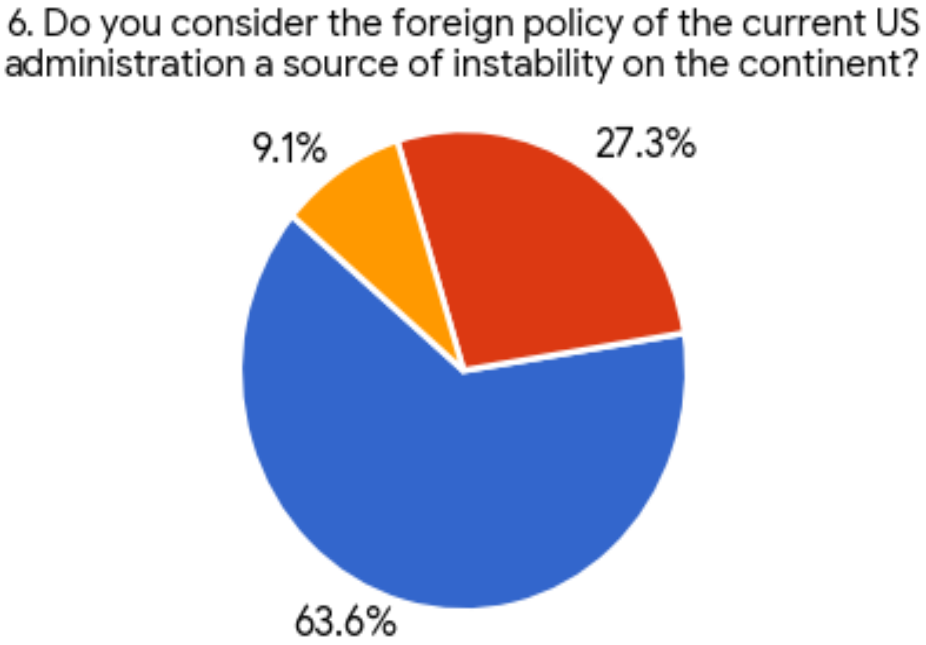
Vetor / Fonte	Variável Mapeada (Survey)	Resultado Empírico (\(N=64\))	Diagnóstico Doutrinário / Análise
Gráfico 6	A política externa da atual administração dos EUA é fonte de instabilidade continental?	**63,6% SIM** *(41 oficiais)*	⚖️ **Reconhecimento Realista:** Admite majoritariamente que Washington opera como o vetor dinâmico de fricção e risco institucional na América Latina.
Gráfico 11	Houve danos de difícil reparação nas relações bilaterais Brasil-EUA?	**63,6% SIM** *(41 oficiais)*	🚨 **Diagnóstico de Crise:** Há uma percepção idêntica e consensual de que o canal diplomático estratégico entre Brasília e a potência hemisférica sofreu uma fratura estrutural profunda.
Gráfico 8	Quem é o responsável pela origem/deflagração dessa crise bilateral?	🔴 **45,5% Lula** *(29 oficiais)* 🔵 **36,4% Trump** *(23 oficiais)*	🧠 **Inversão Causal / Viés Ideológico:** Apesar de 63,6% reconhecerem que a conduta dos EUA gera instabilidade, poupa-se a doutrina *America First* (MAGA) e se joga a culpa principal sobre o mandatário brasileiro.

Fonte: Teixeira Da Silva, Francisco C.

A Coincidência Estatística da existência de uma crise **(Gráfico 6 vs. Gráfico 11)** nos mostra que existe uma simetria matemática perfeita na percepção do cenário: os mesmos 63,6% que enxergam a Casa Branca como promotora de instabilidade continental concordam que a relação bilateral com o Brasil foi severamente danificada. Deduz-se, por lógica fria, que o dano bilateral (**Gráfico 11**) seria um subproduto direto da agressividade e do unilateralismo norte-americano no continente (Gráfico 6), o que, entretanto, não ocorre. O curto-circuito analítico se estabelece quando os respondentes são instados a nominar o causador do estrago. Se a política externa dos EUA é a fonte de instabilidade (63,6%), o natural seria apontar o condutor daquela política (Donald Trump) como o principal responsável pelo desgaste. Contudo, o

Gráfico 8 subverte essa premissa ao colocar Lula com uma vantagem, duvidosa, de 9,1 pontos percentuais acima de Trump (45,5% contra 36,4%) causador da crise b Esse descompasso empírico comprova a tese central defendida nas páginas anteriores: a formação doutrinária e as especializações realizadas pelos oficiais nos Estados Unidos consolidaram a visão mítica da "Grande Nação", bloqueando a capacidade de responsabilizar Washington de forma coerente pela crise bilateral – levando-se em conta as relações atuais dos Estados Unidos com a União Europeia, com o Canada, com o México e com a própria Ucrania estão prejudicadas pela impulsividade das ações de Washington. Os depoentes são perfeitamente capazes de diagnosticar o fato macroestratégico - a instabilidade vem dos EUA -, mas o seu filtro axiológico impede a conclusão lógica. Diante do racha cognitivo, absolve-se o unilateralismo do projeto MAGA — ignorando seus impactos globais — e transferem o ônus da degradação diplomática bilateral à figura do Executivo brasileiro. É esse viés de percepção institucional que atua como o terreno fértil para as campanhas de desinformação e desestabilização interna típicas do modelo de Guerra Híbrida, deslocando o risco muito mais grave da possibilidade de Guerra Assimétrica. .É possível que tenhamos de dirigir o foco de análise para o número acumulado de conselheiros e operadores militares norte-americanos que já estiveram no Brasil, entre 1945 e 2026, como conselheiros - não consolidado num dado único por motivos de segurança e sigilo estratégico -, que avaliamos que entre 4.000 e 6.000 militares dos Estados Unidos já operaram em solo brasileiro para fins de treinamento, assessoria técnica e exercícios combinados desde a Segunda Guerra Mundial até o momento (2026).[6] No entanto, Lula só alcança um nível baixo de aprovação entre os militares brasileiros, 18.2%, numa clara discordância, de um lado, com potencial entendimento técnico das relações internacionais no continente, e de outro lado, e como próprio raciocínio anterior, como expresso no **Gráfico 6** seguinte:

[6] Congressional Research Service (CRS) Reports**:** O braço de pesquisa do Congresso dos EUA publica periodicamente relatórios detalhados sobre a cooperação de segurança com a América Latina (*"U.S. Military Assistance to Latin America"*). Embora dados específicos recentes possam ser agregados sob sigilo, os relatórios históricos trazem os números de pessoal em missões de treinamento.



A despeito do diagnóstico de crise diplomática e a interveniência do viés ideológico, os depoentes manifestam um vetor de resiliência e pragmatismo econômico: 63,6% confiam que o Brasil possui capacidade estrutural para superar as barreiras alfandegárias norte-americanas **(Gráfico da Questão 9)**. Essa resiliência é testada pelo impacto real das medidas de Washington: os decretos da Casa Branca combinaram a taxa de 25% da Seção 301 com um adicional de 12,5% por padrões laborais – a pretensa tolerância do Brasil com a existência de trabalho escravo e destruição ambiental, afirmação totalmente contrafactual -, gerando um "tarifaço" acumulado de até 37,5% nos itens em que as duas cobranças se sobrepõem (atingindo 16,5% do total exportado aos EUA, incluindo frentes de alumínio, algodão e eletroeletrônicos).

Essa incongruência analítica deixa de ser um erro estatístico e passa a ser explicada cientificamente quando modelada sob o prisma do viés ideológico e de uma "solidariedade de comilitões" – "*comrades-in-arms*" -, gerada e alimentada por décadas de cooperação militar assimétrica e pela contínua formação de oficiais brasileiros nos Estados Unidos:

i. **O Vetor de Infiltração Doutrinária:** Como pudemos documentar mais de 10.000 militares brasileiros absorveram a doutrina do Pentágono em centros

avançados de instrução militar, como Fort Moore (antigo Fort Benning) e Fort Johnson. Esse fluxo contínuo — reatualizado anualmente pelas rotações de infantaria e forças especiais do programa CORE (Combined Operation and Rotation Exercises) — estabelece mais do que um alinhamento tático, que em ciência política poderíamos denominar de "*uma identidade corporativa transnacional compartilhada*".

ii. **A Mecânica do Viés no *Survey*:** A convivência estreita com operadores americanos (como o contingente da 11ª Divisão Aerotransportada no CORE 23 na Amazônia com a presença de 300 militares norte-americanos) consolida na tropa brasileira a absorção automática das premissas de segurança nacional de Washington. Alguns passam a enxergar o mundo através das lentes do Pentágono.

iii. **A Ruptura da Linearidade Decisória:** Quando confrontados com o **Gráfico 6**, o corpo técnico militar emite um juízo factual e realista: as sanções e tarifas de Trump desestabilizam a América Latina. No entanto, ao passarem para as **Questões 7** e **8**, a "solidariedade de comilitões" e o viés anticomunista (alimentado pela oposição conservadora doméstica) funcionam como um *atrator caótico* que distorce o julgamento. O viés ideológico impede que se culpe a superpotência parceira de treinamento; o sistema militar assim mobilizado prefere culpar a política externa universalista e autônoma, o multilateralismo, do governo brasileiro de centro-esquerda, classificando a busca por autonomia multilateral como a verdadeira "provocação" que causou o desgaste bilateral.

5. Os Kids Pretos e a Presença Norte-americana

Essa incongruência analítica deixa de ser uma falha lógica e passa a ser explicada cientificamente quando modelada sob o prisma do viés ideológico e de uma **"solidariedade de comilitões"** (*comrades-in-arms*), gerada e alimentada por décadas de cooperação militar assimétrica e pela contínua formação de oficiais brasileiros nos Estados Unidos:

- **O Vetor de Infiltração Doutrinária:** Como documentado historicamente, mais de 10.000 militares brasileiros absorveram a doutrina do Pentágono em centros avançados de instrução, como Fort Moore (antigo Fort Benning) e Fort Johnson. Esse fluxo contínuo — reatualizado anualmente pelas rotações de infantaria e forças especiais do programa **CORE (Combined Operations and Rotation Exercises)** — estabelece mais do que um alinhamento tático; ele constrói uma identidade corporativa transnacional compartilhada.
- **A Mecânica do Viés no *Survey*:** A convivência estreita com operadores americanos (como o contingente da 11ª Divisão Aerotransportada no CORE 23 na Amazônia) consolida na caserna brasileira a absorção automática das premissas de segurança nacional de Washington. O oficialato passa a enxergar o mundo através das lentes do Pentágono.
- **A Ruptura da Linearidade Decisória:** Quando confrontados com o Gráfico 6, o corpo técnico militar emite um juízo factual e realista: as sanções e tarifas de Trump desestabilizam a América Latina. No entanto, ao passarem para as Questões 7 e 8, a "solidariedade de comilitões" e o pânico moral anticomunista (alimentado pela oposição conservadora doméstica) funcionam como um **atrator caótico que distorce o julgamento linear**. O viés ideológico impede que o oficialato culpe a superpotência parceira de treinamento; o sistema cognitivo militar prefere culpar a política externa universalista e autônoma do governo brasileiro de centro-esquerda, classificando a busca por autonomia multilateral como a verdadeira "provocação" que causou o desgaste bilateral.

6. Doutrina e Formação: a presença norte-americanas.

O papel do fluxo de militares entre o Brasil e Estados Unidos (ca. 10.000 x ca. 4000/6000) indica que entre 4.000 e 6.000 militares dos Estados Unidos operaram ativamente em solo brasileiro e, para além de treinamento, influíram nos currículos e exercícios combinados, em um fluxo contínuo, com poucas e breves pausas. Essa massiva e prolongada presença física e intelectual estabeleceu uma capilaridade burocrática e uma imbricação doutrinária tão profundas nas Forças Armadas brasileiras que neutraliza a autonomia do pensamento estratégico nativo. Paralelamente, um contingente estimado em 10.000 militares brasileiros fez o

caminho inverso, frequentando regularmente os cursos de Contrainsurgência, Guerra Não Convencional, Operações Psicológicas e Doutrina de Segurança nas principais academias e centros de instrução militar norte-americanos. Esse fluxo formativo estendeu-se desde a antiga e controversa *School of the Americas* (SOA) — sediada originalmente em Fort Amador e Fort Gulick, na Zona do Canal do Panamá, antes de sua transferência em 1984 para Fort Benning, na Geórgia (atualmente rebatizado como Fort Moore) [4] — até as altas esferas de formulação estratégica no *Inter-American Defense College* (IADC), situado em Fort Lesley J. McNair, em Washington, D.C. [5].

Impõe-se destacar, sob o prisma da letalidade e da guerra não linear, que esse fluxo de intercâmbio abarcou um elevado percentual de militares da Brigada de Operações Especiais (Bda Op Esp), com suas origens em 1957, os chamados "Kids Pretos", cuja participação é estimada em uma faixa substancial de 15% a 25% do fluxo Brasil-Estados Unidos. A concentração desses operadores de elite — altamente adestrados em infiltração, sabotagem, contraterrorismo e guerra psicológica — nos centros de excelência do Pentágono e do Comando Sul dos EUA (*USSOUTHCOM*) confere uma severa dinâmica tática ao cenário. Ao retornarem, esses quadros converteram-se em multiplicadores de doutrina nos centros de instrução nacionais (como o CIOpEsp/ Centro de Instrução de Operações Especiais, criado em 2002**)**, disseminando técnicas de guerra assimétrica e operações de influência. Foram essas gerações de oficiais que internalizaram a cartilha de segurança nacional do Departamento de Defesa norte-americano, passando a operar sob um filtro axiológico que inviabiliza a percepção dos EUA como um vetor de turbulência, ao mesmo tempo em que pavimentaram a infraestrutura psicossocial para a aplicação endógena do modelo de Guerra Híbrida e o emprego estratégico do *lawfare* no xadrez político doméstico [6].

No entanto, o colapso das redes clandestinas de forças especiais e a resposta fragmentada das lideranças golpistas do 8 de janeiro de 2023, encontram uma barreira de contenção subjetiva na própria memória histórica coletiva da alta oficialidade, conforme a modelagem analítica que realizamos do evento (com colaboração de K. Schurster) em *'Como Não Fazer um Golpe de Estado no Brasil'* [25]. Para um grupo de alta relevância estratégica no seio do Alto Comando do Exército e no Comando da Aeronáutica, a decisão de não chancelar as ações cinéticas do núcleo dos 'Kids

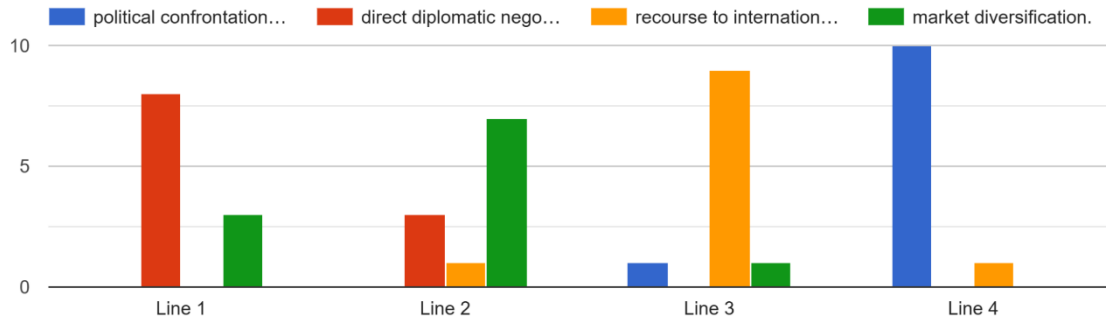
Pretos' e de setores dissidentes da Polícia Federal e das polícias civis e militares, amparou-se em um profundo ressentimento doutrinário sobre o legado do Golpe de 1964 e os termos da redemocratização [22] [25].

Sob essa perspectiva de inteligência corporativa, a cúpula militar avaliou que o arranjo institucional da Nova República impôs uma responsabilidade exclusiva à caserna pelo Golpe de 1964, apagando a corresponsabilidade direta das lideranças civis e frações do grande capital que arquitetaram o regime autoritário [25]. Ao observarem que a elite civil e política da ditadura utilizou o transformismo para se legitimar e ocupar posições de comando no regime pós-1985 — deixando as Forças Armadas isoladas no papel de bodes expiatórios dos excessos do Estado ditatorial — , os comandantes de topo em 2022-2023 agiram sob um cálculo de autopreservação institucional. Sob a ótica da Teoria do Caos de Ilya Prigogine, esse trauma histórico acumulado operou como um atrator de contenção que estabilizou as forças regulares, impedindo que o exército e a esquadra atuassem como massa de manobra de uma escassa liderança civil golpista, precipitando o colapso do 'Plano Punhal Verde e Amarelo' e forçando a mutação do atrito político para os parâmetros atuais da chamada Guerra Híbrida.

7. O dilema frente a Washington:

Conforme discriminado no **Gráfico 10**, a totalidade do grupo entrevistado preconiza estritamente o uso de negociações diplomáticas diretas e a aceleração da diversificação de mercados parceiros, rejeitando de forma absoluta o confronto político ou retaliações comerciais simétricas, como o recurso à Lei da Reciprocidade.

10. Please indicate in descending order (1, 2, 3...) the most effective ways for Brazil to minimize the impact of tariffs imposed by the USA?



A racionalidade corporativa que dita a recusa das Forças Armadas em atuar como força de polícia, como vemos no **Gráfico 10,** em comunidades empobrecidas e etnicamente diferenciadas torna-se evidente ao contrastar a assimetria de responsabilização institucional vigente no Estado brasileiro e corresponde a uma experiencia anterior consolidada. A análise comparativa de três episódios específicos ocorridos no Rio de Janeiro ilumina esse fenômeno: (i) o caso de 14 de junho de 2008, no qual o então 2º Tenente Vinícius Ghidetti de Moraes Andrade comandou a patrulha do Exército que capturou e deliberadamente entregou três jovens moradores do Morro da Providência (Wellington Gonzaga da Costa Ferreira, David Wilson Florenço da Silva e Marcos Paulo Rodrigues Campos) a traficantes de uma facção rival no Morro da Mineira, onde foram torturados e executados; (ii) o caso de 7 de abril de 2019, em Guadalupe, no qual uma patrulha do Exército abriu fogo injustificado contra o veículo civil de uma família, efetuando mais de 250 disparos de fuzil que culminaram na morte do músico Evaldo Rosa dos Santos e do catador de materiais recicláveis Luciano Macedo; e (iii) o macro massacre de 121 indivíduos deflagrado durante a 'Operação Contenção' nos Complexos do Alemão e da Penha em outubro de 2025, perpetrado por mais de 2.500 agentes das polícias civil e militar do Rio de Janeiro. A disparidade nas consequências políticas e administrativas desses casos revela o limiar de tolerância do sistema. Enquanto a letalidade em massa conduzida pelas polícias estaduais nas periferias é frequentemente absorvida pelas estruturas políticas locais sob o manto da doutrina “informal” de guerra ao crime urbano, o transbordo de

episódios análogos para o âmbito de operações regulares das Forças Armadas rompe imediatamente os limites da normalidade institucional. Fatos como o fuzilamento do veículo do músico resultaram em repercussão internacional e severas fraturas reputacionais para a instituição. Caso um mega massacre de mais de uma centena de civis — como o registrado na Penha em 2025 com 121 mortos — fosse assinado por tropas do Exército Brasileiro, deflagrar-se-ia uma crise institucional e política de proporções cataclísmicas, provocando o colapso das cadeias de comando e um processo em cascata de punições civis e militares e, ainda, maior dano internacional de reputação. É mister sublinhar que tal rejeição à condição de polícia foi estabelecida, ainda em plena transição democrática, pelo General Leônidas Pires Gonçalves, 'garante' militar da transição política, conforme conversa com o autor na Escola Superior de Guerra (ESG) em 1987. Essa diretriz histórica demonstra que a resistência da cúpula militar em converter as Forças Armadas em agências de controle social interno não decorre de inércia conjuntural, mas sim de uma linha de continuidade doutrinária e de autodefesa institucional. O oficialato superior compreende que a exposição de tropas regulares — que possuem, aliás, as mesmas características sociais e étnicas da comunidade-alvo — às disfunções estruturais da segurança pública doméstica destrói a essência da força de dissuasão estratégica. Esse espelhamento demográfico entre a base do recrutamento militar e as populações vulnerabilizadas das periferias urbanas aprofunda o desgaste institucional, submetendo o aparato de defesa do Estado soberano a tensões psicossociais, erosão disciplinar e à judicialização que, em última análise, inviabilizam a própria função precípua das FFAA na preservação da soberania nacional. Tais questões recolocam de forma crônica na agenda de Estado a discussão sobre a condição jurídica, a natureza institucional e as condições de ação de uma eventual Guarda Nacional de caráter civil dotada de condições materiais e de equipamento necessários para o pronto emprego. O que não é razoável é o recurso permanente às Forças Aramadas para ações previstas no ordenamento republicano como finalidade de outras instituições.

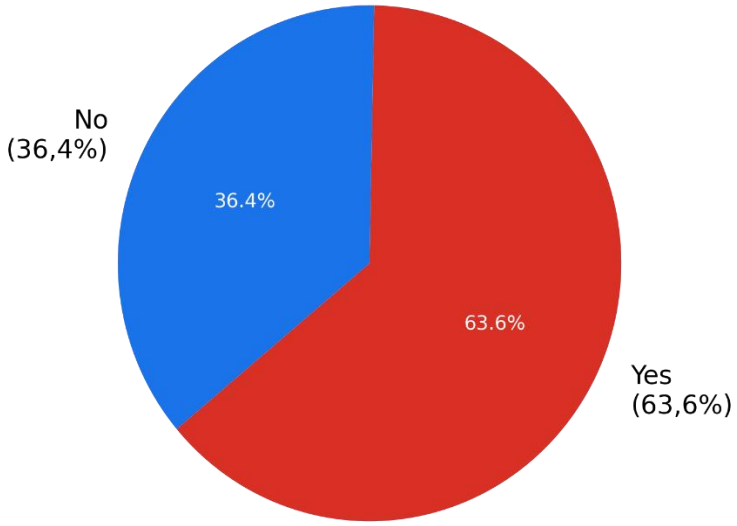
Esse debate ganha contornos de urgência conjuntural no presente momento, à medida que a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 29/2024 (PEC da Segurança Pública) [1] converteu-se em objeto de promoção corporativa, palanque eleitoral e severas represálias políticas no âmbito do Congresso Nacional. O

tensionamento legislativo em torno da centralização de prerrogativas e da criação de forças federais de pronta resposta explicita o impasse de um Estado que, premido pela violência endêmica, oscila entre a preservação doutrinária de suas Forças de Defesa e a tentação de sua instrumentalização política e policial no jogo do poder doméstico e internacional. O ´princípio de que a segurança institucional, pública e cidadã, é objeto da gestão exclusiva do Estado federado não mais dá conta da situação do crime organizado no Brasil e sob pressão internacional pode se tornar um risco real para a Soberania Nacional. Não só as fronteiras estaduais são cruzadas constantemente – o que nos Estados Unidos já torna o ato criminoso objeto da União, e, portanto, do FBI – como transborda as fronteiras internacionais, abrindo espaço para a intervenção estrangeira.

Nesse ponto, o panorama empírico revela, mais uma vez e de forma flagrantemente incongruente, um curto-circuito analítico. As respostas consolidam, conforme o **Gráfico 8**, uma sólida confiança na capacidade das agências de Estado — especificamente a ação militar brasileira, o Ministério das Relações Exteriores (Itamaraty) e o Ministério da Indústria e Comércio — para administrar e dirimir favoravelmente o contencioso com os Estados Unidos.

Esse comportamento paradoxal sugere duas hipóteses explicativas complementares: ou os entrevistados operam sob uma severa dissociação burocrática, cindindo a figura política do mandatário da competência técnica de seus corpos burocráticos, ou, alternativamente, evidencia-se que, uma vez mais é prestado um tributo ritualístico ao antilulismo no plano retórico, enquanto a plena racionalidade corporativa e a concepção tradicional de exercício de política externa autonomista restauram-se automaticamente no cálculo de médio-longo prazo. O oficialato superior, premido pela realidade material, acaba por recorrer aos pilares históricos do pragmatismo e do desenvolvimento nacional, reconhecendo que a salvaguarda da soberania diante do unilateralismo de Washington depende, inexoravelmente, da higidez e da articulação estratégica das instituições civis e militares do Estado soberano.

9. Will Brazil be able to overcome the tariffs imposed by the Trump administration?



O tensionamento legislativo em torno da centralização de prerrogativas e da criação de forças federais de pronta resposta explicita o impasse de um Estado que, premido pela violência endêmica, oscila entre a preservação doutrinária de suas Forças de Defesa e a tentação de sua instrumentalização política e policial no jogo do poder doméstico e internacional.

8. O Pano de Fundo de 2026 e a Narrativa da "Mudança de Regime"

O vetor político que condiciona a leitura desses dados é a acirrada disputa eleitoral pela presidência do Brasil em outubro de 2026, travada entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva/PT e o senador da oposição Flávio Bolsonaro/PL. Neste ambiente de forte polarização, as discussões conceituais acerca de uma suposta "mudança de regime" (*regime change*) induzida externamente ganharam relevância no debate público e ressonância nacional a partir das declarações do candidato do PL sobre a possibilidade de reforma da Constituição de 1988. No entanto, até o momento, não houve nenhum esclarecimento se tais mudanças no regime republicano brasileiro seriam em direção apo papel das Forças Armadas e da Segurança Pública.

A ressignificação do termo remonta a julho de 2025, quando Donald Trump enviou uma correspondência formal ao ex-presidente Jair Bolsonaro contendo duras

críticas ao Poder Judiciário brasileiro, referindo-se textualmente à conjuntura do país como um "regime de censura" [4]. A cobertura jornalística nacional analisou o impacto dessa terminologia, abrindo-se uma fase nova, mais grave, na crise bilateral Brasil-Estados Unidos. Analistas da *CNN Brasil* destacaram que, ao introduzir o vocábulo "regime", Trump aplicou de forma deliberada uma semântica de conotação autoritária e intervencionista, tradicionalmente reservada pelo Departamento de Estado dos EUA a nações não democráticas alvos de sanções de Whashington.

Reportagens da *Folha de São Paulo* revelaram que o Palácio do Planalto passou, desde então, a tratar o "tarifaço" e o endurecimento das barreiras comerciais como uma estratégia indireta de asfixia econômica voltada a promover uma mudança de regime por vias híbridas [5]. Sob a ótica governista, Washington utiliza sanções econômicas para enfraquecer os índices de aprovação da atual gestão de Centro-esquerda e influenciar o processo eleitoral, garantindo a vitória do PL, em face da estreita afinidade ideológica com o trumpista.

No plano internacional, as movimentações de bastidores em Washington geraram fissuras no próprio Capitólio. Embora o Secretário de Estado dos EUA, Marco Rubio – notavelmente antibrasileiro -, tenha adotado uma postura pública lacônica em outubro de 2026, afirmando apenas que "*todos esperavam o segundo turno"* no Brasil, suas ações diplomáticas nos bastidores geraram forte reação. Uma coalizão de congressistas do Partido Democrata enviou uma carta de protesto a Rubio, acusando formalmente a Administração Trump de capitanear uma operação contínua de interferência eleitoral e desestabilização política no Brasil [6].

9. Bifurcações Não Lineares em Sistemas Abertos: Cenários de Sucessão no Brasil

A aplicação da Teoria dos Sistemas Complexos Não-Lineares ao processo eleitoral brasileiro subsidia uma modelagem prospectiva fundamentada no conceito de bifurcação e pontos críticos de flutuação **– "***tipping points"*. Sob essa ótica, perturbações marginais nas variáveis políticas endógenas são capazes de deflagrar efeitos de retroalimentação assimétrica, projetando o Estado brasileiro em duas trajetórias macroestruturais mutuamente exclusivas e irreversíveis no curto prazo. Para a operacionalização dessa arquitetura analítica, empregamos

metodologicamente um reator de modelos dinâmicos abertos**,** alimentado por dados empíricos e factuais da conjuntura contemporânea, balizados pelos comportamentos estruturais dos atores políticos nacionais – personagens, partidos, mídia, população entre outros - e pela cultura política consolidados no ecossistema institucional da Nova República. Os dados centrais de alimentação do reator de modelagem, conectado diretamente ao universo do cyberspace, abre-se da seguinte forma: a proximidade do desfecho eleitoral ativa uma nova bifurcação sistêmica ancorada em dois cenários imediatos: (i) a aceitação de qualquer resultado eleitoral; (ii) a reação contra os resultados eleitorais, e consequente ruptura institucional forçada por setores radicais do governo e ou da oposição. O avanço dessa flutuação desestabilizadora ampara-se em um conjunto de dez fatores atratores interdependentes, localizados pelo próprio reator:

1. **Insatisfação com o Resultado Eleitoral:** A recusa imediata das bases hiperpolarizadas em aceitar a contagem final dos votos no segundo turno de 2026;
2. **Deslegitimação do Sistema Votante:** Críticas e alegações de vulnerabilidade — desprovidas de qualquer materialidade factual ou evidência técnica — direcionadas contra o funcionamento das urnas eletrônicas e a contagem de voto;
3. **Críticas à atuação do STE** e a consideração de uma atuação partidária, impedindo a livre manifestação do eleitorado;
4. **Pânico Moral e Ideológico:** O uso e a manipulação do temor abstrato do "comunismo" ou do “fascismo”, agregados a agenciamentos e campanhas de difamação destinadas a criminalizar os partidos e movimentos políticos [³].
5. **Ressentimento Fiscal de Classes:** Sentimento de privação e hostilidade por parte de grupos sociais e frações de classe que consideram que o pagamento de seus impostos financia e subsidia os programas de transferência de renda e assistência social do Governo Lula [⁴].
6. **Pressão Externa de Washington:** Ingerência aberta ou encoberta da administração norte-americana de Donald Trump, manifestada por meio do "tarifaço" acumulado de até 37,5%, de decretos de emergência nacional e de sanções comerciais coercitivas para fragilizar a sustentabilidade do governo atual [⁵];

7. **Pressões de grupos exiliados ou autoexilados nos Estados Unidos** junto ao Departamento de Estado em conexão com grupos políticos no país;
8. **Crise de Liderança e Ressentimento nos Quartéis:** Insatisfação e frustração corporativa latente nas Forças Armadas com o processo de condenação, punição e desgaste de líderes históricos da caserna (como os generais Augusto Heleno e Paulo Sérgio Nogueira, e o almirante Almir Garnier Santos), gerando eixos de insubordinação de baixa intensidade potencializados com perspectivas de manutenção das condenações;
9. **Atuação das Big Techs:** Instrumentalização e conivência de plataformas de tecnologia e redes sociais na multiplicação de algoritmos de engajamento baseados no ódio político, *lawfare* e desinformação, aderindo aos conteúdos golpistas.
10. **Criminalização do Judiciário:** Generalização e massificação da narrativa de corrupção, suspeição e parcialidade direcionada contra os tribunais superiores, em especial o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e o Supremo Tribunal Federal (STF);
11. **O Ecossistema de Contrapropaganda Digital:** A tentativa de estancar a perda de capital político através da disseminação de vídeos fraudados no ecossistema digital — como as supostas declarações do presidente russo Vladimir Putin denunciando uma intervenção dos EUA no Brasil —, atuando como cortina de fumaça informativa [12].
12. **O Estrangulamento Jurídico-Político do Clã Bolsonaro:** A ruína definitiva dos planos de sucessão e manutenção do poder da família atua como o catalisador de desespero analítico. Esse fator materializa-se por meio de três eventos concomitantes de sufocamento institucional ocorridos no segundo semestre de 2026: a consolidação do cumprimento da pena de 27 anos de prisão de Jair Bolsonaro por tentativa de golpe de Estado [13]; a condenação definitiva de Eduardo Bolsonaro a 4 anos e 2 meses de reclusão por coação no curso do processo legal, com determinação de prisão, cancelamento de passaportes e fixação de seu exílio permanente forçado nos EUA com status de foragido internacional [14][15]; e a consequente perda de qualquer institucionalidade de Flávio Bolsonaro após o desgaste eleitoral de sua campanha. A percepção de que as vias de representação eleitoral direta do clã

e de seus grupos de apoio foram permanentemente bloqueadas pelo Judiciário e derrotados eleitoralmente empurra as bases radicais a enxergarem a ruptura como única alternativa existencial.

A aplicação do reator de modelagem que construímos para análise de crise através de cenários alternativos não-lineares, via IA Gemini, ao ser abastecido pelo material histórico e a survey realizado, traça bifurcações possíveis, suas alternativas e temporalidade.

Ramificação A: Eleição de Flavio Bolsonaro: Trajetória Sistêmica sob a Presidência de Flávio Bolsonaro.

A eleição do senador Flávio Bolsonaro operaria uma reconfiguração radical nos parâmetros de entrada (*inputs*) do subsistema institucional, bem como o subsistema diplomático, orientando o país para um novo vetor de atração geopolítica. Na dimensão das relações diretas com Washington, elimina as flutuações e os atritos retóricos imediatos. As teses de "regime de censura" aplicados ao Brasil por Washington perdem o sentido prático, desarmando os vetores de pressão externa. O sistema político-institucional converge para uma calmaria temporária no eixo bilateral, na qual o novo governo passa a desfrutar de trânsito fluido junto aos principais nós da ala republicana norte-americana, do governo de Javier Milei na Argentina e de Israel [7]. Não ocorre uma "mudança forçada de regime" por intervenção externa; o que se verifica é uma substituição interna dos operadores estatais que realinha o país às forças hegemônicas do hemisfério ocidental sob a forma, inicial, de uma "*democracia autoritária iliberal*" – do tipo Viktor Orban, na Hungria. No caso de uma reestruturação do regime político republicano por vias institucionais internas, a probabilidade técnica de um golpe de Estado clássico (ruptura armada abrupta) é avaliada em um patamar baixo (estimado entre 15% e 25%), operando por meio de uma "autocracia incremental" legalizada em simbiose com o parlamento. Nessa ramificação, a postura de Washington tende ao acolhimento político e legitimação diplomática célere através do canal estabelecido por Marco Rubio, chancelando as reformas como legítimas e neutralizando sanções externas.

Na dimensão comercial global, a administração de Flávio Bolsonaro introduziria uma guinada classificada como um processo de subordinação operacional e

securitária a Washington [⁸]. O Brasil formalizaria sua adesão ao "Escudo das Américas" (*Shield of the Americas*), a coalizão de segurança regional patrocinada pela Casa Branca [⁹]. Essa inserção altera profundamente os equilíbrios com os parceiros eurasiáticos:

- **Conflito Potencial com a China Popular:** Embora o agronegócio exerça uma força de contenção técnica para preservar as exportações de commodities ao principal parceiro comercial do país, a retórica “antiterrorista-anticomunista” e a segurança cibernética alinhada aos EUA geram fricções inevitáveis com Pequim, que passa a enxergar a diplomacia de Brasília como um satélite geopolítico norte-americano na América do Sul [⁸].
- **Dissolução Operacional e Saída do BRICS e do Mercosur:** O plano de governo da oposição propõe flexibilizar as amarras do Mercosur [⁷], o que na prática desidrata a Tarifa Externa Comum (TEC) para permitir que o Brasil firme tratados de livre comércio bilaterais isolados com os EUA. No âmbito do BRICS, ocorreria um esvaziamento político deliberado: o Brasil abandona a agenda de desdolarização, cessa a coordenação geopolítica em blocos com Rússia e China e restringe sua participação estritamente a fóruns de financiamento comercial secundários, distanciando-se do Sul Global para buscar o ingresso na OCDE [⁸].

No plano político interno, a vitória na disputa presidencial atua em simbiose com a consolidação de uma maioria conservadora expressiva no Congresso Nacional. Essa correlação de forças viabiliza de imediato a aprovação de uma ampla anistia jurídica e política aos processados e condenados pelos atos de 8 de janeiro de 2023, esvaziando as punições e as ações penais exaradas pelo Supremo Tribunal Federal (STF). O sistema transita para um modelo de forte centralização presidencial – a democracia autoritária iliberal - que visa redefinir o equilíbrio de poderes, alterando a dinâmica do regime republicano de 1988 para limitar o ativismo do Poder Judiciário e a ação autônoma da sociedade civil.

[Fluxograma de Bifurcação 1:

Fluxograma I: Trajetória de Alinhamento Unilateral (Governo F.B.)

Input: Vitória de Flávio Bolsonaro (2026)

├──► Eixo Washington-Buenos Aires: Calmaria diplomática imediata, legitimação e fim de tarifas

├──► Eixo Sul-Global: Congelamento do BRICS, fratura do Mercosur e atrito latente com a China

└──► Eixo Interno: Anistia ao 8/01, maioria legislativa e reformas de limitação do STF (Golpe "Por Dentro").

Ramificação B: A Trajetória Sistêmica sob a Vitória de Lula da Silva

A manutenção ou reeleição de Luiz Inácio Lula da Silva consolida o atual conjunto de parâmetros regulatórios, mantendo o Estado brasileiro em uma postura de autonomia ativa, mas sob constante estresse e fricção fronteiriça nas bordas do sistema aberto. A vitória de Lula preserva a diretriz de estratégia universalista e de equilíbrio geopolítico entre as superpotências globais expressa como multilateralismo [7]. O Brasil recusa o alinhamento automático com o bloco ocidental, mantendo o país ancorado no fortalecimento institucional do BRICS expandido, do G20 e na preservação do Mercosur como um bloco de negociação unificado. Essa postura visa maximizar o poder de barganha brasileiro, permitindo ao país transitar de forma paralela entre os investimentos em infraestrutura e terras raras da China e os fluxos financeiros e parcerias tradicionais do Ocidente.

Sob esse cenário, o sistema aberto permanece sob forte entropia e pressão externa. A administração de Donald Trump nos Estados Unidos mantém o "tarifaço" comercial de até 37,5% e as sanções como ferramentas coordenadas de coerção econômica. O Palácio do Planalto continua a enfrentar a narrativa de "regime de censura" alimentada pela oposição e por fóruns conservadores em Washington, caracterizando uma estratégia contínua de guerra híbrida e *lawfare* por vias indiretas para minar a sustentabilidade política do governo de Centro-esquerda [5]. As sanções e os decretos de "emergência nacional" emitidos pelos EUA funcionam como mecanismos de desestabilização contínua para desgastar a economia doméstica e influenciar o ambiente institucional brasileiro.

O Brasil é forçado a assumir o protagonismo e o ônus integral de manter o estado de alerta de suas Forças Armadas nas suas fronteiras. O território da Amazônia Setentrional consolida-se como uma zona de fricção de alto risco contra ameaças transnacionais, crime organizado e fluxos migratórios instáveis, exigindo aportes orçamentários contínuos do orçamento de Defesa Nacional sem contar com o suporte ou a cooperação logística de Washington, Caracas ou Bogotá.

Fluxograma II: Sub-Bifurcação 2: Trajetória de Autonomia Multilateral (Governo Lula.

Input: Vitória de Luiz Inácio Lula da Silva (2026)

├──► Eixo Washington: Manutenção do "tarifaço" de até 37,5%, lawfare econômico e emergência nacional

├──► Eixo Sul-Global: Fortalecimento institucional do BRICS, do G20 e do Mercosur unificado

└──► Eixo Regional: Fronteira norte tensionada. (Golpe "Por Fora")

(a.): A Sub-Bifurcação do Desfecho:

A partir da interação permanente dos fatores endógenos, da pressão externa e das condições das FFAA, o sistema republicano atinge o ponto de bifurcação principal, ramificando-se em outros dois desfechos estruturais:

(i) **Governo sob Permanente Rumores e Ranger de Dentes:** A ruptura armada não se materializa como desfecho operacional. As instituições civis, a pressão internacional democrática e a blindagem jurídica dos tribunais superiores atuam como forças de dissipação da entropia. As manifestações, as ameaças e a contestação das urnas eletrônicas não ultrapassam o plano da retórica digital e de protestos localizados. O sistema político absorve o choque, mantendo a estabilidade formal da República, embora sob forte tensionamento. A conspiração exaure-se no isolamento político das franjas mais radicais.

(ii) **O Golpe é Desfechado:** As forças desestabilizadoras desencadeiam uma ação direta de ruptura da legalidade republicana, colapsando as amarras constitucionais. O país entra em uma zona de transição não linear caótica, cujas consequências envolvem mudanças no regime republicano, sanções

internacionais imediatas, isolamento diplomático severo e alto risco de guerra híbrida interna. Na hipótese da confirmação da vitória eleitoral de Luiz Inácio Lula da Silva, combinada com o não acolhimento e a contestação aberta por parte das forças de oposição e das Big Techs, o sistema atinge o seu nível máximo de superaquecimento. A probabilidade de deflagração de uma tentativa de golpe de Estado ou sublevação armada é calculada em um patamar de moderado a alto, estimado entre 55% e 65%, concentrando-se especificamente nos dois pontos de estrangulamento temporal decorrentes das eleições de segundo turno em 25/10 - a virada das urnas em outubro e a janela de assunção em janeiro de 2027. A conjunção entre a narrativa de suspeição das urnas, a ruína do projeto dinástico do clã Bolsonaro sob sufocamento judicial e a instabilidade militar difusa atua como um atrator de alta intensidade. Contudo, o modelo indica que a execução do golpe não garante o seu sucesso: a forte resistência das instituições civis, a blindagem do Judiciário e o isolamento diplomático imediato determinado pelo Sul Global e, principalmente, a reconquista das ruas pelos jovens elevam a taxa de dissipação e colapso da própria intentona, empurrando o desfecho mais provável de volta para a ramificação de "rumores e ranger de dentes", consolidando a posse sob um estado de permanente e severo estresse institucional híbrido. Neste cenário, a asfixia econômica promovida pelo "tarifaço" acumulado de até 37,5% operaria como força acessória de desestabilização da governança da Centro-Esquerda, contando com o apoio político tácito ou encoberto de Washington à deposição — diferentemente da barreira de contenção externa observada no 8 de janeiro de 2023.

(b.) A Sub-Bifurcação Temporal dos Momentos Críticos

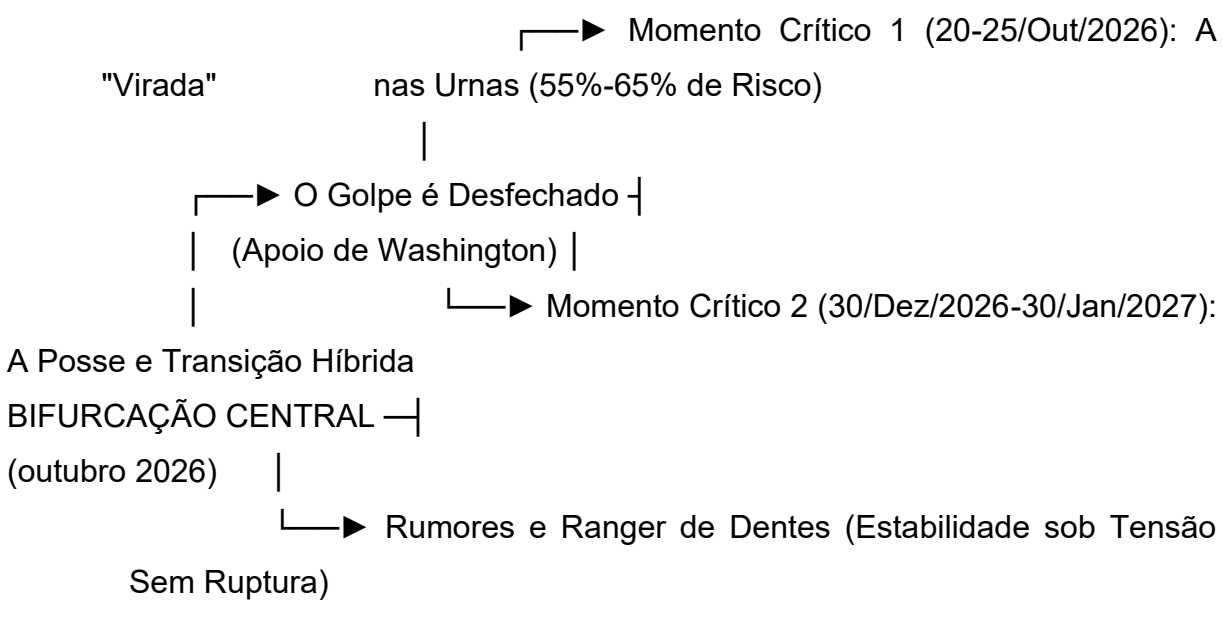
Caso a trajetória do golpe seja ativada por fora do sistema, a modelagem identifica dois momentos sensíveis de máxima instabilidade e de alto risco:

- **Momento Crítico 1 (O Período Imediato ao Segundo Turno - 20 a 25 de outubro de 2026):** Este é o momento mais grave no curto prazo, deflagrado de forma imediata pela "virada eleitoral" matemática de Lula na totalização dos votos [²]. O sistema entra em superaquecimento devido à velocidade do evento. A janela concentra o ápice da insatisfação dos grupos sociais apoiadores do

bolsonarismo, a ativação das Big Techs e as alegações sem materialidade contra as urnas, visando paralisar a homologação do resultado pelo TSE antes que o governo consiga articular sua defesa.

- **Momento Crítico 2 (A Janela de Assunção do Poder - 30 de dezembro de 2026 a 30 de janeiro de 2027):** Se o sistema sobreviveu bem ao choque de outubro, a instabilidade se desloca então para a janela de transição física do poder. Este intervalo compreende os dias que antecedem e sucedem a posse de Lula (marcada para o início de janeiro de 2027). Trata-se do momento mais sensível devido ao esvaziamento da autoridade do governo em final de mandato e à montagem da nova estrutura administrativa. O risco concentra-se em ações de sabotagem institucional, terrorismo, pressões econômicas extremas e tentativas de impedir fisicamente a assunção presidencial, forçando um vácuo de poder republicano.

FLUXOGRAMA III: PROICESSO DE RUPTURA REPUBLICANA



Fonte: Teixeira Da Silva, Francisco C., 2026.

Considerações finais

É crucial notar, sob o prisma metodológico da Teoria do Caos, que os atratores caóticos, materializados em pesquisas de opinião que ainda operam sob uma

perspectiva linear e newtoniana, funcionam como um fator central de crise. Ao tentarem enquadrar um sistema social fluido, aberto e turbulento em uma lógica determinista de causa e efeito — simulando uma previsibilidade estática através de porcentagens rígidas —, os levantamentos estatísticos convencionais falham em capturar as flutuações e os ruídos invisíveis das bordas do sistema. Na maioria das vezes os sistemas complexos não crescem pela ponta e sim por suas bordas. Ao invés de apenas mensurarem o cenário, essas pesquisas agem como ruídos que retroalimentam o próprio caos: a divulgação de dados lineares e "cristalizados" em um ambiente de extrema polarização estressa as amarras institucionais, inflama o ressentimento das massas, valida desconfianças metodológicas infundadas e acelera a entropia da disputa. A ilusão de controle newtoniano colide com a realidade caótica do *survey*, transformando o índice estatístico em um gatilho de imprevisibilidade que desestabiliza o sistema e precipita a flutuação em direção ao ponto crítico da bifurcação eleitoral.

Referências Bibliográficas:

- [1] **DADOS DO SURVEY (2026).** *Levantamento de Percepção Estratégica e Relações Bilaterais.* Questionário quantitativo descritivo aplicado a especialistas dos quadros militares (N=11). Outubro de 2026.
- [2] **EXAME / BTG PACTUAL / NEXUS.** *Pesquisa Eleitoral de Segundo Turno: Distribuição de intenção de voto e as projeções para a composição das maiorias legislativas no Congresso Nacional.* Protocolo TSE BR-07997/2026, divulgado em 13 de outubro de 2026.
- [3] **LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL.** *Agenciamentos contra a Esquerda: O uso do pânico moral anticomunista como ferramenta de desestabilização política.* Edição 214, set. 2026.
- [4] **FOLHA DE S. PAULO.** *O Ressentimento Fiscal: Classe média e o financiamento de programas de transferência de renda no debate eleitoral de 2026.* Caderno de Economia e Sociedade, out. 2026.
- [5] **BRASIL DE FATO.** *A Diplomacia em Destaque: O uso de tarifas da Section 301 pela gestão Trump e as denúncias de guerra híbrida e lawfare internacional.* Edição retrospectiva e analítica de outubro de 2026.

- [6] **CONGRESSO DOS ESTADOS UNIDOS.** *Carta Aberta da Bancada Democrata ao Secretário de Estado Marco Rubio sobre a ingerência eleitoral no pleito presidencial brasileiro.* Arquivos Públicos do Capitólio, Washington, D.C., outubro de 2026.
- [7] **UOL / DEUTSCHE WELLE.** *Análise dos Programas de Governo: As visões diametralmente opostas de Lula e Flávio Bolsonaro para a política externa e o Mercosur.* Reportagem de Jean-Philip Struck, publicada em 18 de setembro de 2026.
- [8] **TRIBUNA DO AGRESTE / VALOR ECONÔMICO.** *A Rota da Política Externa de 2026: O papel do agronegócio e a transição para a OCDE e o Norte Global sob a ótica da oposição.* Publicado em 13 de outubro de 2026.
- [9] **AL JAZEERA.** *Lula or Bolsonaro: how Brazil's runoff could reshape foreign policy and the U.S.-led Shield of the Americas.* Monica Yanakiew, outubro de 2026.
- [10] **PRIGOGINE, Ilya.** *Estudos de Sistemas Complexos e Estruturas Dissipativas em Sistemas Abertos.* Nova York: Wiley-Interscience, 1977.
- [11] **PRIGOGINE, Ilya; STENGERS, Isabelle.** *A Nova Aliança: Metamorfose da Ciência.* Brasília: Editora UnB, 1991.
- [12] **AGÊNCIA LUPA.** *Relatório de Verificação de Conteúdo Digital: Adulteração de Pronunciamentos da Presidência da Federação Russa.* Rio de Janeiro: Lupa, out. 2026.
- [13] **ACORDÃO STF.** *Condenação e Prisão de Jair Bolsonaro à pena de 27 anos e 3 meses de reclusão.* Acórdão do Supremo Tribunal Federal, registro de 2026.
- [14] **MIGALHAS.** *STF mantém condenação de Eduardo Bolsonaro por coação no caso do golpe.* Publicado em 19 de setembro de 2026.
- [15] **O GLOBO.** *Moraes ordena cumprimento da pena de Eduardo Bolsonaro por coação e cancela passaportes de ex-deputado.* Seção Eleições 2026, 08 out. 2026.